EDIÇÃO 122-A · DEZEMBRO / 2020
Android e iPad
EXEMPLAR DIGITAL
R$ 18,00

DOSSIÊ

SUPER INTERESSANTE

P. 20
AS ORIGENS POLÍTICAS DO MONOTEÍSMO.

P. 42
OS HOMENS QUE ESCREVERAM A BÍBLIA.

P. 50
QUEM FOI JESUS ANTES DE SE TORNAR CRISTO.

DEUS

COMO ELE NASCEU

Como o padroeiro de uma pequena tribo de pastores do Oriente Médio se tornou a divindade máxima do mundo ocidental – uma história de 3 mil anos.

Abril

N
W
E
S
Coasts of Tyre and Sidon
SIDON
PHOENICIA
Mt Lebanon
SAREPTA
DAMASCUS
CESAREA PHILIPPI
Hermon
TYRE
ITUREA
33
PHILIP
CAPERNAUM
BETHSAIDA
BETHSAIDA
Carmel
THE
GREAT
SEA
TIBERIAS
SEA OF GALILEE
NAZARETH
GADARENES
CESAREA
Riva
SAMARIA
BEYOND
SHECHEM
Sharon
JORDAN
JOPPA
32
JERICHO
DEAD SEA
JERUSALEM
Judea
Desert
JUDEA
Hill Country
Wilderness of
MOAB
GAZA
BEERSHEBA
ARABIA

COMO ELE NASCEU
DEUS

ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU

Riva

IDEIAS TÊM CONSEQUÊNCIAS, e a ideia de Deus certamente está no topo da lista das que mais trouxeram repercussões para a história humana. E repare que não havia absolutamente nada de inevitável quanto ao aparecimento da crença em uma ou mais divindades. Outras espécies inteligentes que ocupam o planeta conosco, como os demais grandes símios, os golfinhos e os cetáceos, nunca deram sinais de que consigam conceber qualquer coisa sobrenatural. Nesse ponto, somos realmente únicos.

Esta revista busca apresentar a você, gentil leitor, tudo o que aprendemos sobre a gênese dessa ideia poderosa com a ajuda de múltiplas disciplinas: biologia evolucionista, arqueologia, antropologia e crítica textual de manuscritos antigos, por exemplo.

Começamos analisando os mecanismos cognitivos e cerebrais que fizeram da crença em deuses, espíritos e outras entidades um universal humano. Ou seja, algo presente em todas as culturas, independentemente da época ou do lugar, e capaz de aparecer espontaneamente quando ainda somos muito pequenos.

Depois, mostramos como esse "modelo básico" da crença no sobrenatural foi transformado em algo com mais impacto sobre a sociedade: os chamados Deuses Grandes, vistos como capazes de monitorar o comportamento de seus seguidores, julgar e punir suas transgressões.

Historicamente, o mais importante dos Deuses Grandes começou a ser adorado por uma pequena nação do Oriente Próximo conhecida como Israel. Examinamos como essa crença se desenvolveu ao longo de centenas de anos e de que maneira ela se transformou na fé cristã, segundo a qual o próprio Criador do Universo teria se feito homem, morrido e ressuscitado em Jerusalém.

Nossa intenção não é atacar (nem defender) a fé, mas mostrar como ela mudou a história. Boa leitura!

EDITOR
Reinaldo José Lopes

SUMÁRIO

O CÉREBRO
Como nascem os deuses
PÁG. 06

PÁG. 14
A CIVILIZAÇÃO
Sociedades complexas criam deuses éticos, e vice-versa

IAHWEH
As verdadeiras origens do povo de Deus
PÁG. 20

PÁG. 30
ISRAEL E JUDÁ
A esposa de Deus e outros causos

O LIVRO SAGRADO
Quem escreveu a Bíblia
PÁG. 42

PÁG. 50
JESUS
Vida e obra de um profeta camponês

A IGREJA
Como Jesus virou Deus
PÁG. 58

COMO NASCEM OS DEUSES

Riva

Tendência natural a procurar intencionalidade ao nosso redor ajuda a entender crença no sobrenatural.

UM CLICHÊ RECICLADO até não poder mais por quem deseja ridicularizar as religiões é a mania absurda que algumas pessoas têm de enxergar imagens de divindades ou santos nos lugares mais improváveis. O sujeito corta um pão de queijo no meio e vê o perfil da Virgem Maria gravado na massa quentinha; a dona de casa está prestes a jogar o tomate estragado fora quando percebe que as manchas na casca produzidas por um fungo são, imagine só, idênticas ao rosto barbudo e amoroso de Jesus Cristo. Essas manifestações culinárias do sagrado às vezes parecem tão convincentes que desencadeiam peregrinações e veneração.

É difícil não rir desse tipo de coisa, mas as gargalhadas às vezes também nos ajudam a esquecer que as aparições divinas em legumes são só o exemplo extremo de uma tendência profundamente humana de buscar intenções e significados no mundo que nos rodeia. Sem essa propensão, seria dureza tentar entender o que as pessoas querem nos dizer — em especial quando "falam" com a gente sem usar diretamente o conteúdo das palavras, mas pequenos gestos, nuances de voz e por aí vai.

Também seria muito mais complicado, se não impossível, imaginar o que um animal quer fazer — e, acredite, isso era assunto de vida e morte na época em que não éramos todos um bando de zumbis urbanos, e sim caçadores-coletores ou criadores de bichos que precisavam "entrar na cabeça" de outras espécies. E mesmo os princípios da filosofia e da ciência nunca teriam saído do ovo se nossos ancestrais jamais fossem capazes de se perguntar sobre o significado dos raios do Sol ou das nuvens da tempestade.

O fato, porém, é que, em algum momento do passado remoto, esse tipo muito especial de raciocínio começou a tomar forma no cérebro dos primeiros candidatos a gente. É virtualmente impossível dizer quando foi esse momento. Podemos, entretanto, tentar inferir mais ou menos o que se passava dentro das cucas cabeludas de nossos ancestrais com a ajuda de alguns resquícios fósseis e do estudo de nossos parentes vivos hoje.

DOS NEANDERTAIS AOS PRIMEIROS XAMÃS

Tudo indica que somos a única espécie atual a acreditar em deuses ou outros seres sobrenaturais, como espíritos dos mortos, das árvores ou das águas. E quanto às espécies do passado, nossas ancestrais ou primas desaparecidas? Bem, até uns 2 milhões de anos atrás, o cérebro das espécies da linhagem dos hominídeos, prováveis ancestrais diretos do ser humano, tinha o mesmo tamanho do de um chimpanzé típico (ou seja, um terço do nosso ou menos), aparentemente impossibilitando grandes arroubos de pensamento simbólico ou espiritual. Por volta de 500 mil anos antes do presente, criaturas conhecidas como "Homo heidelbergensis", que podem ter sido um ancestral comum entre a nossa espécie e os neandertais, já contavam com um cérebro quase tão avantajado quanto o das pessoas de hoje. A capacidade craniana dos neandertais, aliás, era até superior à nossa.

Acredita-se que cérebros com esse nível de complexidade sejam necessários para que surja um dos pré-requisitos para a crença no sobrenatural, o pensamento simbólico – grosso modo, a capacidade de enxergar significado em objetos materiais e de conceber seres não materiais. Até poucos anos atrás, havia pouquíssimos indícios convincentes de que parentes arcaicos da humanidade tivessem essa capacidade. Mas descobertas feitas em sítios arqueológicos da Espanha, com idades entre 115 mil e 65 mil anos atrás, indicam que os neandertais já estavam produzindo desenhos geométricos e colares de conchas antes de seu contato com os seres humanos anatomicamente modernos, ou "Homo sapiens". São obras extremamente simples, mas que sugerem ao menos o potencial para o pensamento simbólico em ambas as linhagens, a dos neandertais e a nossa, que se separaram há cerca de meio milhão de anos.

Os dois grupos humanos se

Primeiras pinturas em cavernas já retratavam seres imaginários.

IMAGEM: Getty Images

Inferir o que outras criaturas querem é essencial para a sobrevivência

reencontraram na Europa e no Oriente Médio por volta de 50 mil anos atrás e, no fim das contas, os neandertais desapareceram, não sem antes se reproduzir com alguns dos humanos modernos, deixando resquícios de seu DNA conosco até hoje. No fim desse processo, 40 mil anos antes do tempo presente, as cavernas da Europa viraram imensas galerias de arte. De repente, as feras gigantescas da Era do Gelo passam a povoar as paredes de pedra, junto com coisas aparentemente sobrenaturais.

Sim, porque os artistas da Era do Gelo não se interessavam apenas em retratar a fauna da qual dependiam para sobreviver, mas também criaturas que nunca foram parte de nenhuma fauna do planeta. Temos sujeitos com membros e tronco de gente e cabeça de leão, uma figura bípede com cauda e galhada de cervo – seres que parecem antecipar monstrengos de mitologias bem mais recentes cujos registros escritos chegaram até nós.

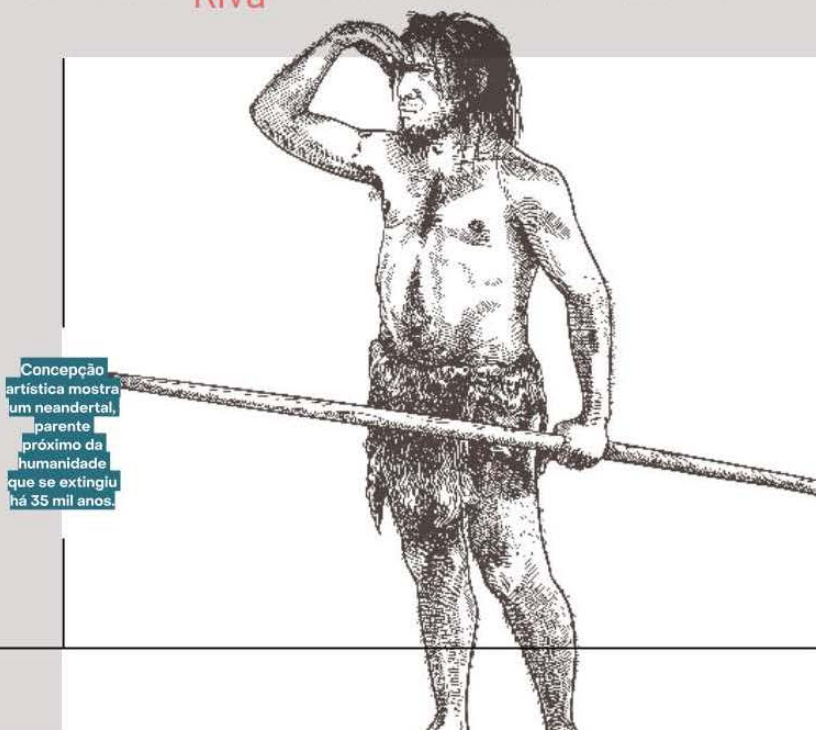
Essa, aliás, é uma das muitas hipóteses que tentam explicar o que são essas figuras: elas não passariam de equivalentes paleolíticos do Minotauro e da Esfinge. Outra possibilidade é que sejam cenas de cerimônias religiosas. Nesse caso, os monstros seriam representações de xamãs – sujeitos com função social que mistura a de sacerdote, a de médico e a de vidente, entre outras – caracterizados como criaturas do outro mundo, o que ajudaria esses pajés da Era Glacial a realizar seus rituais. Ou então as feras-homens representariam um tipo de pensamento que ainda marca muitos grupos tribais de hoje: o de que não existe uma barreira absoluta entre a natureza humana e a dos animais.

Para avançar um pouco mais na busca pelas raízes desse tipo de crença, no entanto, não basta a arqueologia. É preciso analisar como funcionam as mentes dos seres humanos hoje e, a partir daí, tentar imaginar como tais propriedades mentais podem ter influenciado as origens da crença em divindades. Dois conceitos têm ajudado muito os psicólogos nessa tarefa. Estamos falando do HADD e da teoria da mente.

LIGUE SEUS DETECTORES

HADD é uma sigla inglesa, e quer dizer "dispositivo hiperativo de detecção de agente". Vamos deixar o "hiperativo" de lado um instante e nos concentrar no resto da expressão. Pensando mais uma vez em termos evolutivos, é lógico que quase todo ser vivo deveria vir equipado com dispositivos de detecção de agente, ou seja, que detectam coisas que agem na natureza.

Afinal, entre um pedregulho e uma onça-pintada, é óbvio que a seleção natural deverá favorecer minha

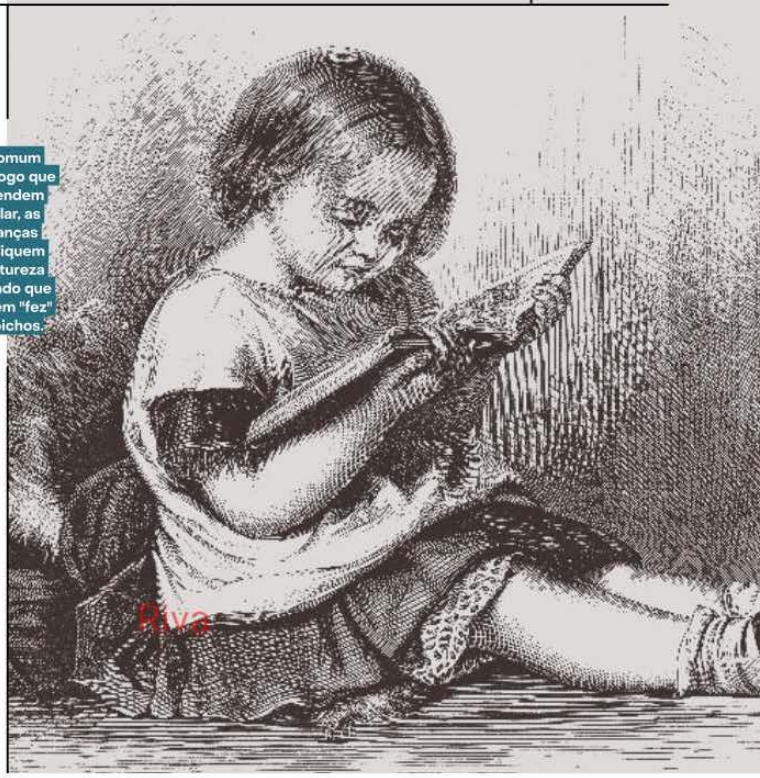


Concepção artística mostra um neandertal, parente próximo da humanidade que se extinguiu há 35 mil anos.

capacidade de detectar a agência (ou seja, a capacidade de agir) do felino, e não a do pedregulho. Faz sentido ainda que, quanto mais sofisticado for o sistema nervoso de um animal, mais apurados serão seus dispositivos de detecção de agente.

Como você já deve estar imaginando, é aqui que o "hiperativo" entra. Por segurança, vale a pena regular seu dispositivo de detecção de agente num nível acima do estritamente necessário. Antes que a onça-pintada do exemplo anterior enfie os dentes na minha jugular, ela provavelmente balançou galhos e folhas na mata próxima, denunciando sua presença. O mesmo tipo de barulho poderia, por outro lado, ser produzido por um bicho inofensivo ou pelo vento. Mas é melhor ter um detector hiperativo – um HADD – e sempre escapar da onça do que ser sossegado demais e morrer.

E a teoria da mente? A expressão parece indicar algo filosoficamente sofisticado, mas não é nada disso. Possuir uma teoria da mente significa ser capaz de imaginar que outros seres também são dotados de uma vida mental como a sua – nada mais do que isso. Sabendo que outras pessoas e animais possuem intenções, desejos, medos etc., você tem a chance de ajustar com precisão o seu comportamento, levando em conta o que provavelmente está se passando em outras mentes. Mas também somos capazes de empregar a teoria da mente de um jeito bem mais complicado, misturando as intenções de múltiplos indivíduos e as nossas: "Será que meu chefe sabe que o superior dele me disse que ele é um incompetente?". E tudo indica que, mesmo que outras espécies possuam alguma forma de teoria da mente, a nossa versão desse "superpoder" mental é a mais sofisticada, de longe. E começa a funcionar muito cedo.



É comum que, logo que aprendem a falar, as crianças expliquem a natureza dizendo que alguém "fez" os bichos.

Riva

DEIXAI VIR AO LABORATÓRIO AS CRIANCINHAS

De fato, alguns dos experimentos mais interessantes e reveladores sobre o tema do presente capítulo envolvem justamente a criançada. Mas por que enfiar crianças nessa história?

Vamos colocar a coisa da seguinte maneira: todas as sociedades do planeta possuem linguagem falada e religião, mas nem todas inventaram um alfabeto ou a física nuclear. Isso significa que bebês já nascem falando ou indo à missa? Naturalmente que não: eles precisam aprender essas duas coisas, assim como precisam aprender a escrever. Por outro lado, hoje está claríssimo que existe uma diferença essencial entre esses dois tipos de aprendizado.

Os bebês, quase sempre, aprendem a falar sua língua materna como se fossem esponjinhas cognitivas, "sugando" espontaneamente pronúncia, vocabulário e gramática do idioma com pouquíssima ou nenhuma instrução formal. Em algumas culturas, os adultos nem se dão ao trabalho de dirigir a palavra aos infantes, o que não parece atrapalhar muito a fluência dos pequenos. Aliás, não é incomum que crianças com de-

Amigos invisíveis, pequenos deuses

O QUE OS PSICÓLOGOS andaram descobrindo a respeito das faculdades mentais das crianças corrobora essa tendência. A paixão por detectar agentes em tudo quanto é canto vale inclusive para os que não podem ser vistos ou ouvidos, como mostra um dos fenômenos mais curiosos da cognição infantil: o dos amigos invisíveis, que "aparecem" para quase metade dos meninos e das meninas no começo da infância. Curiosamente, esses amigos invisíveis costumam ter superpoderes e conhecimento sobre-humano, criando uma analogia tentadora com as mitologias em que seres desse tipo aparecem.

Bebês de poucos meses de vida já acham que brinquedos têm intenções.

Crianças sabem que gente vendada não enxerga; chimpanzés não conseguem sacar esse detalhe

ficiência auditiva acabem inventando, do zero, a própria linguagem de sinais, em versão rudimentar. Bem, os indícios que temos a respeito da crença em seres sobrenaturais nos sugerem que ela costuma funcionar de maneira semelhante à linguagem falada – não dependendo, portanto, de anos e anos de aulas de catecismo para existir, ao contrário do que muita gente imagina.

Considere, para começar, o fato de que o HADD dos bebês já está ligado antes que eles completem um aninho de vida. Sim, há jeitos de avaliar, ao menos indiretamente, o que se passa na cabeça de criancinhas que ainda não falam e nem engatinham – é possível acompanhar quanto tempo uma criança olha fixamente para um objeto ou para uma cena, por exemplo, ou a força que ela está usando para sugar uma chupeta, entre outras coisas, o que dá aos psicólogos do desenvolvimento uma pista sobre o grau de interesse ou surpresa dos pequenos. (Para bebês, em geral, vale a lógica que usaríamos para um adulto: a gente tende a ficar de olho em coisas interessantes e surpreendentes, e a olhar para o outro lado quando temos diante de nós coisas chatas ou já esperadas.) Tais pistas indicam que, por volta dos seis meses de idade, as crianças já sabem que objetos inanimados não saem por aí se mexendo sozinhos.

Ao mesmo tempo, bebês de até um aninho de vida são capazes de atribuir intencionalidade – uma forma rudimentar de teoria da mente, portanto – a objetos que não necessariamente se parecem com pessoas ou animais, como brinquedinhos feitos para acender luzinhas ou fazer barulho quando as crianças interagem com eles de alguma forma. Essa é a fase do desenvolvimento na qual os bebês aprendem a seguir o olhar de outras pessoas com seu próprio olhar – ou seja, a olhar para o mesmo lugar que outras pessoas parecem estar observando. Se esses brinquedinhos de laboratório dão a impressão de estar direcionando sua "atenção" (falsa, é claro) para determinado lado, virando-se automaticamente, por exemplo, a tendência dos bebês é acompanhar esse movimento, mesmo que os objetos bolados pelos pesquisadores não tenham propriamente uma carinha, ou mesmo olhos, em seu design. Tal tendência a enxergar "agência" e vida mental em quase qualquer tipo de objeto, desde que ele se comporte de um jeito que pareça sugestivo, claramente persiste ao longo da vida adulta.

Acontece que esse tipo de reação não está restrito apenas a objetos físicos "pontuais" – ou mesmo a objetos físicos de modo geral. A combinação de HADD com teoria da mente muitas vezes é aplicada a fenômenos naturais, a experiências e a situações. Não falo apenas da velha ideia de que furacões, terremotos e epidemias são "castigo de Deus". Até ateus empedernidos, diante

IMAGENS: Getty Images, Unsplash

de alguma situação que mudou profundamente sua vida, às vezes acabam parando e pensando: "O que será que isso significa?".

A detecção quase compulsiva de agentes invisíveis se soma à tendência de enxergar propósito e intenção no mundo ao nosso redor – existente até entre ateus adultos, como vimos. Crianças também fazem isso o tempo todo, e com tamanho empenho que os psicólogos resolveram até inventar um termo técnico só para designar o fenômeno: teleologia promíscua. A primeira palavra, de origem grega, poderia ser aportuguesada para "finalidade", enquanto "promíscuo" aqui não tem nada a ver com sexo, mas sim serve para ressaltar o fato de que a criançada enxerga finalidade em quase todas as situações – ou seja, tende a achar que as coisas que existem no mundo foram criadas (o uso da palavra é intencional, claro) para alguma coisa.

Essa tendência foi constatada em diversos experimentos envolvendo crianças com idades entre os 4 e os 8 anos de idade. Neles, os psicólogos perguntavam por que certas coisas existiam – num espectro que vai de eventos naturais, como tempestades, passando por objetos naturais, como montanhas ou rios, e chegando a seres vivos, especialmente animais.

Em geral, as crianças se saíam com explicações teleológicas – ligadas a propósito e finalidade. Exemplo típico: em vez de dizer que certas rochas são pontudas porque elas se formaram de um jeito que levou a esse formato, as crianças tendiam a criar hipóteses como "elas são pontudas para evitar que os animais se sentem nelas e as esmaguem".

As pesquisas foram além disso, porém. Quando as crianças tinham a oportunidade de responder se esses vários elementos do mundo ao nosso redor tinham sido criados de propósito por alguma coisa ou alguém, ou simplesmente surgiram por processos naturais, a ideia da criação deliberada era a preferida por pelo menos metade dos meninos e das meninas no caso

Desde pequenos, achamos que tudo que existe "serve" para alguma coisa.

Uma visão ingênua sobre a ação de Deus: o Criador lança a chuva sobre a Terra.

Na infância, imaginar a ação sobrenatural independe das crenças da família.

de objetos como rios e montanhas, e por dois terços das crianças quando a pergunta se referia a animais. Para completar esse quadro, quando as crianças eram instadas a responder quem tinha criado as coisas que existem no mundo, a tendência era escolher alguma variante do cenário "Deus as criou".

Mas será que elas só dizem isso porque foram ensinadas a crer em Deus? Alguns dos estudos, para testar isso, recrutaram crianças de dois grandes grupos: fundamentalistas e não fundamentalistas. No contexto americano, o primeiro grupo corresponde a meninos e meninas criados por pais que defendem a verdade literal dos textos bíblicos (uma criação do mundo em apenas sete dias, conforme narra o livro do Gênesis, por exemplo). Já o segundo inclui tanto as crianças de famílias que aceitam uma interpretação teológica mais livre dos textos sagrados quanto as criadas por pais não religiosos.

O mais interessante, porém, é que nesses casos os pesquisadores aplicaram as mesmas perguntas aos pais da meninada, o que ajuda, em tese, a ter uma ideia do que tinha sido ensinado a elas. O resultado foi curiosíssimo: nos casos em que os pais escolhiam respostas "cientificamente corretas" (por exemplo, tal e tal animal surgiu por meio de um lento processo de seleção natural, em vez de ter sido criado diretamente por Deus), os filhos deles acabavam escolhendo com mais frequência a criação divina como explicação. Isso pode ser um indício de que, para as crianças, a explicação "criacionista" é mesmo a mais intuitiva, a que mais apela para os nossos instintos mentais arraigados, independentemente do tipo de educação.

Há pesquisadores que acham que esse tipo de descoberta é a evidência definitiva contra a existência de Deus. Afinal de contas, argumentam eles, se o nosso cérebro pode produzir uma miríade de seres do outro mundo como simples subproduto da maneira como funciona, não há motivos para imaginar que a mente humana tenha imaginado uma deidade que, por um acaso monumental, calhou de ser verdadeira.

É um argumento que não dá para descartar de um jeito casual e que precisa ser levado a sério caso você não queira simplesmente recorrer à fé cega. No fim das contas, é preciso ter a humildade de reconhecer que o instinto religioso, assim como qualquer outro instinto, às vezes pode se enganar feio. Se isso nos rouba algumas certezas, talvez valha, ao menos, como um antídoto contra o fanatismo.

Riva

IMAGEM: Getty Images

SOCIEDADES COMPLEXAS CRIAM DEUSES ÉTICOS, E VICE-VERSA

Riva

Os chamados Deuses Grandes foram importantes para cimentar a solidariedade entre populações numerosas.

Riva

NO CAPÍTULO ANTERIOR, vimos como uma série de vieses cognitivos típicos da nossa espécie acabam facilitando a crença em entidades sobrenaturais de modo geral: para a maioria das pessoas, em todas as épocas, é difícil conceber um Universo no qual agentes intencionais não estejam por trás do que enxergamos como complexidade, ordem e mesmo Destino com D maiúsculo. Esse tipo de intuição, no entanto, não diz muita coisa sobre o que se passa na cabeça de tais entidades, nem sobre o que elas desejam dos reles mortais. É aí que entra em cena outra predisposição mental típica do "Homo sapiens": somos criaturas intensamente sociais, cuja vida e bem-estar dependem do relacionamento mais ou menos equilibrado e "justo" com outras criaturas do mesmo tipo. E se fosse possível conceber os agentes intencionais sobrenaturais como seres que têm um interesse especial por justiça? É o que muitas sociedades andaram fazendo desde a aurora dos tempos, e o resultado são os chamados Deuses Grandes, termo cunhado pelo psicólogo social Ara Norenzayan, da Universidade da Colúmbia Britânica, no Canadá. Os Deuses Grandes são divindades que monitoram o comportamento ético das pessoas – e punem transgressões, segundo a crença de seus seguidores.

Para entender melhor o impacto social dos Deuses Grandes, proponho que a gente esboce aqui uma pequena taxonomia do altruísmo e da cooperação. De fato, é impressionante como os membros da nossa espécie são capazes de trabalhar em equipe e de confiar uns nos outros.

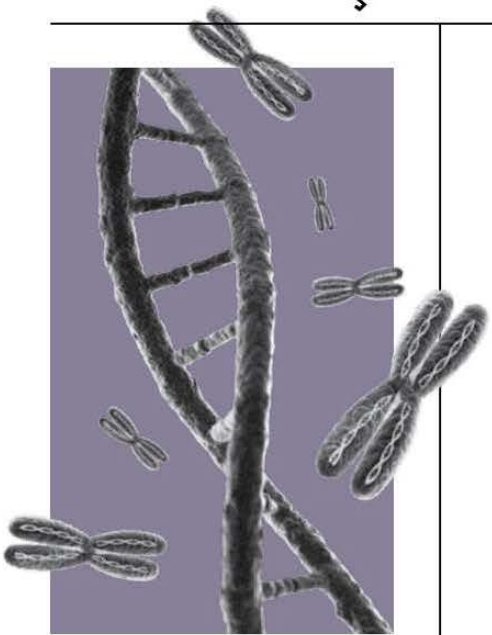
Para dar um exemplo banal e que, à primeira vista, não parece ter nada de muito elevado moralmente: se você está acostumado a fazer compras pela internet, como eu, pense um instantinho na maluquice que é fornecer o número do seu cartão de crédito para um site que pertence a completos desconhecidos e, alguns dias úteis depois, o produto que você adquiriu chega direitinho na sua caixa de correio, em perfeito estado e com nota fiscal. O que impediu os sujeitos do site de pegar o dinheiro e deixar você na mão?

A resposta cínica é: o medo da polícia ou dos seus advogados. Ou ainda, no mínimo, o desejo puramente egoísta de continuar vendendo cacarecos pela internet e ganhando dinheiro com isso. Superficialmente, a resposta está certa, mas é preciso considerar que o comércio de longa distância surgiu milênios antes da internet, dos advogados e da polícia, e mesmo assim funcionava. E a questão não é apenas a cooperação para fins econômicos. Tanto no mundo de hoje quanto no passado remoto, as pessoas se unem para enviar doações a gente que está passando fome do outro lado do planeta (gente, aliás, que elas nunca viram nem verão), formam exércitos gigantescos para lutar contra inimigos comuns, obedecem a autoridades que elegeram, caminham em meio a multidões de desconhecidos sem nenhum sinal de hostilidade.

O esquisito é que, durante dezenas de milhares de anos de existência da nossa espécie, todas essas coisas que acabei de descrever seriam absolutamente impensáveis, pelo simples fato de que o ser humano passou quase toda a sua história evolutiva vivendo em grupos minúsculos de caçadores-coletores, cada um deles com, no máximo, algumas centenas de membros – o mais comum é que fossem algumas dezenas, na verdade. A diferença entre esse estado e as sociedades de grande

A convivência pacífica com desconhecidos é uma invenção muito recente.

IMAGEM: Getty Images



A piada de Haldane

O RESULTADO DO CÁLCULO sobre o compartilhamento de genes entre parentes próximos indica que é do seu interesse garantir que eles sobrevivam e, principalmente, consigam se reproduzir, porque isso lhe confere uma chance de "imortalidade"; eles passam adiante boa parte do que você é. Como brincou certa vez o biólogo britânico J.B.S. Haldane (1892–1964), ele não seria capaz de dar a vida por um irmão, mas se sacrificar por dois irmãos ou oito primos já parecia um bom negócio – basicamente porque, somando os genes compartilhados por essa parentada toda, o resultado era igual a "1 Haldane". Ou seja, era como se ele nem morresse, do ponto de vista genético, caso seu sacrifício salvasse os irmãos e primos.

Na Antiguidade, todo Estado era "mínimo" e precisava da ajuda da religião.

escala com as quais estamos acostumados é brutal, acredite. Para começo de conversa, entre esses grupos sociais "versão 1.0", qualquer estranho ou intruso é, quase por definição, um inimigo, uma ameaça. Outro ponto crucial é que essas sociedades costumam ser radicalmente igualitárias: não há divisão de trabalho (com exceção daquela que às vezes existe entre homens e mulheres), nem "governo", nem ao menos caciques. Finalmente, a tendência é que cada grupo seja formado, em boa parte, por gente que tem parentesco entre si.

Isso significa que as regras que controlam a cooperação e o altruísmo nesses grupos tendem a seguir princípios que valem, grosso modo, para muitas outras espécies de animais. Em primeiro lugar, quando as pessoas pensam em seu círculo social, está em plena operação a chamada seleção de parentesco. Ou seja: os indivíduos têm uma tendência naturalmente maior de agir de forma altruísta quando isso beneficia membros do grupo com os quais têm parentesco mais próximo.

Não se trata apenas de amor entre pais e filhos, mas também, em última instância, de autointeresse genético. Seus parentes próximos, afinal de contas, carregam uma fração significativa de seu DNA – filhos, por exemplo, têm 50% dos genes dos pais.

Mas mesmo grupos de caçadores-coletores não são tão pequenos para que todo mundo seja parente próximo, ou mesmo de segundo grau. Sem a força extremamente poderosa da seleção de parentesco, para cimentar a cooperação e o espírito de doação e sacrifício pelo próximo, um dos princípios mais importantes que entram em ação é o chamado altruísmo recíproco. Se quisermos bancar os cínicos, podemos apelidá-lo de "É dando que se recebe", "Uma mão lava a outra" ou outros lemas de políticos. Mas não há nada essencialmente calhorda em ser legal com quem trata você decentemente. Gentileza gera gentileza, afinal de contas.

Vamos supor que o seu grupo de caçadores-coletores costuma interagir de forma relativamente pacífica com dois ou três outros grupos que vivem no mesmo vale da floresta tropical. Ainda assim, o raio geográfico das suas interações sociais é tão restrito que fica impossível alguém daquela área não conhecer no mínimo a sua reputação, ainda que não conheça você pessoalmente. É o que os teóricos costumam chamar de altruísmo recíproco indireto: mesmo quem nunca interagiu com você já ouviu dizer que fulano é

Riva

IMAGENS: Getty Images

um bom sujeito ou um traíra e agirá de acordo com tais informações. De novo, o crime, em geral, não compensa nesses casos.

A coisa inevitavelmente muda de figura quando as sociedades humanas atingem outra escala de tamanho – situação que, em quase todos os lugares do mundo, é resultado da agricultura e/ou da criação de animais. A questão é que sociedades com dezenas de milhares de membros não têm como manter os elementos centrais do altruísmo recíproco, seja ele direto ou indireto. Não há como interagir, cara a cara e chamando pelo nome, com todos os membros daquele grupo—e a boa e velha reputação tampouco funciona. Como resolver esse dilema?

Em parte, é claro que a resposta é inventar um Estado que funcione: burocratas para cobrar impostos; soldados para manter a ordem; tribunais, cadeias e carrascos para punir os malfeitores, e por aí vai. No entanto, durante milênios, da Mesopotâmia antiga até o século 19, até os Estados mais poderosos em geral eram "mínimos" no mau sentido. Funcionavam mal, em especial para os pobres (90% da população antes da modernidade). Para o bem e para o mal, pessoas comuns tinham de se virar sem governo e sem polícia quase sempre.

Sem polícia e sem governo, mas pelo menos com Deus ou os deuses.

Agricultura: a descoberta mais transformadora da história da nossa espécie.

DEUSES QUE SE IMPORTAM

O primeiro argumento do psicólogo e seus colegas é, no fundo, estatístico. O fato é que existe uma correlação muito curiosa entre a crença em Deuses Grandes e a complexidade política e social. Em outras palavras, é bem raro que grupos de caçadores-coletores acreditem em divindades dessa natureza, mas pessoas que vivem em sociedades complexas e Estados quase sempre seguem esse tipo de deus. Um levantamento feito pelo antropólogo Christopher Boehm, da Universidade do Sul da Califórnia, que examinou as crenças religiosas de 18 sociedades de caçadores-coletores, mostrou que apenas quatro delas adoram deuses que proíbem enganar os outros, e só sete possuem divindades que condenam o assassinato. Num estudo parecido, o sociólogo Rodney Stark, da Universidade Baylor (EUA), examinou um banco de dados sobre as religiões de mais de 400 culturas pré-industriais diferentes mundo afora (ou seja, incluindo tanto caçadores-coletores quanto agricultores e criadores de gado "primitivos"). Resultado: só um quarto delas reverencia deuses que se interessam pelos assuntos humanos e pregam o comportamento ético.

Nada disso significa que caçadores-coletores ou agricultores primitivos fossem ateus. Praticamente todos eles acreditam em deuses, espíritos ancestrais etc., mas a questão é que tais entidades 1) não estão muito

Deuses de povos sem Estado muitas vezes não se preocupam com a ética.

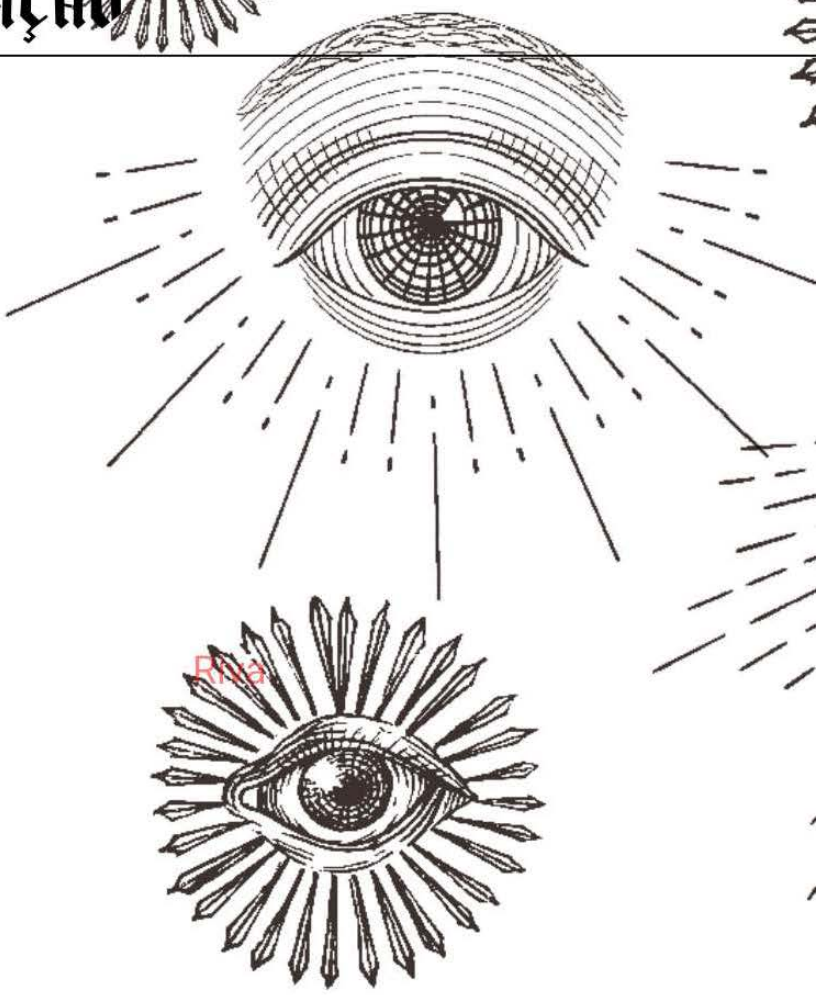
A civilização

aí para o que seus seguidores andam fazendo e 2) possuem poderes bastante limitados. A "onisciência" delas pode se restringir ao que acontece no território de uma aldeia, digamos. E, apesar de os deuses de caçadores-coletores raramente punirem a trapaça ou o assassinato, isso também não significa que esses grupos sejam um vale-tudo amoral. Pelo contrário: eles também condenam várias das práticas que nós vemos como violações éticas – sem que as divindades que adoram precisem meter o bedelho nisso.

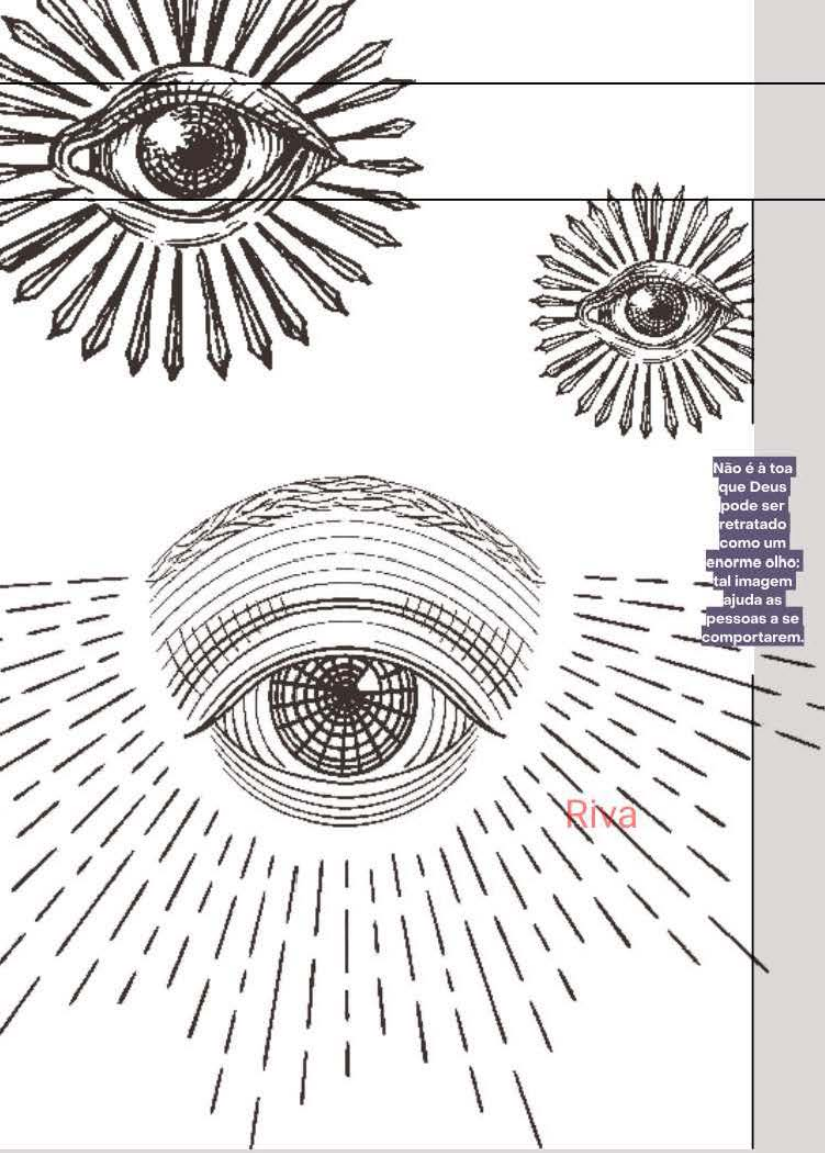
Outra ressalva importante tem a ver com a associação automática que as pessoas fazem entre o Deus único dos monoteísmos ocidentais – do judaísmo, do cristianismo e do islamismo – e as diretrizes éticas. O fato é que é perfeitamente possível a existência de Deuses Grandes entre pagãos, ou seja, politeístas, gente que adora uma família ou até uma multidão de deuses.

Independentemente do número de Deuses Grandes, o fato é que as sociedades que acreditam neles se tornam mais coesas e aguerridas do que as demais, numa dinâmica "cooperar para competir" – no sentido de que os adeptos desse tipo de divindade cooperam com mais facilidade entre si e, portanto, competem com mais sucesso contra os membros de outras sociedades não tão devotas.

Existem alguns dados empíricos intrigantes a esse respeito. O caso mais clássico é um estudo feito pelo antropólogo Richard Sosis, da Universidade de Connecticut (EUA), sobre as comunas religiosas e não religiosas que floresceram no território americano ao longo do século 19. Estamos falando de gente que, insatisfeita com a maneira como as coisas



Em jogos de computador, palavras associadas à religião diminuem os riscos de trapaças.



Não é à toa que Deus pode ser retratado como um enorme olho: tal imagem ajuda as pessoas a se comportarem.

Riva

funcionavam nos Estados Unidos da época, resolveram fundar suas próprias sociedades semiautônomas.

Ocorre que alguns desses grupos seguiam crenças religiosas muito específicas. Os mais peculiares, ou simplesmente malucos, talvez fossem os chamados perfeccionistas de Oneida, que acreditavam que o reino de Deus na Terra já estava acontecendo e praticavam "casamento complexo" – todo mundo era casado com todo mundo do grupo – e o costume de as mulheres com mais de 40 anos iniciarem sexualmente os adolescentes do sexo masculino. E havia ainda as comunas seculares, ou seja, não religiosas – em geral congregando praticantes de uma forma primitiva de socialismo. Quais comunidades você acha que duraram por mais tempo, num intervalo examinado de 110 anos? Acertou se você disse "as religiosas" – e com folga. Em média, elas sobreviveram quatro vezes mais tempo que suas contrapartes.

A questão, é claro, é como a crença em Deuses Grandes produz benefícios sociais. Uma pista importante sobre isso vem de experimentos nos quais a pessoa estava sujeita à tentação de trapacear em jogos de computador. Nesses casos, a exibição extremamente rápida de palavras como "Deus", "céu", "pecado" etc. diminuiu significativamente a frequência de atitudes desonestas.

Experimentos também sugerem que a participação ativa na adoração a Deuses Grandes torna as pessoas, em média, mais propensas a contribuir para o bem-estar de seus pares, aumentando sua tendência a cooperar em jogos de laboratório – é o que se viu tanto entre adeptos brasileiros do candomblé quanto entre muçulmanos da Índia.

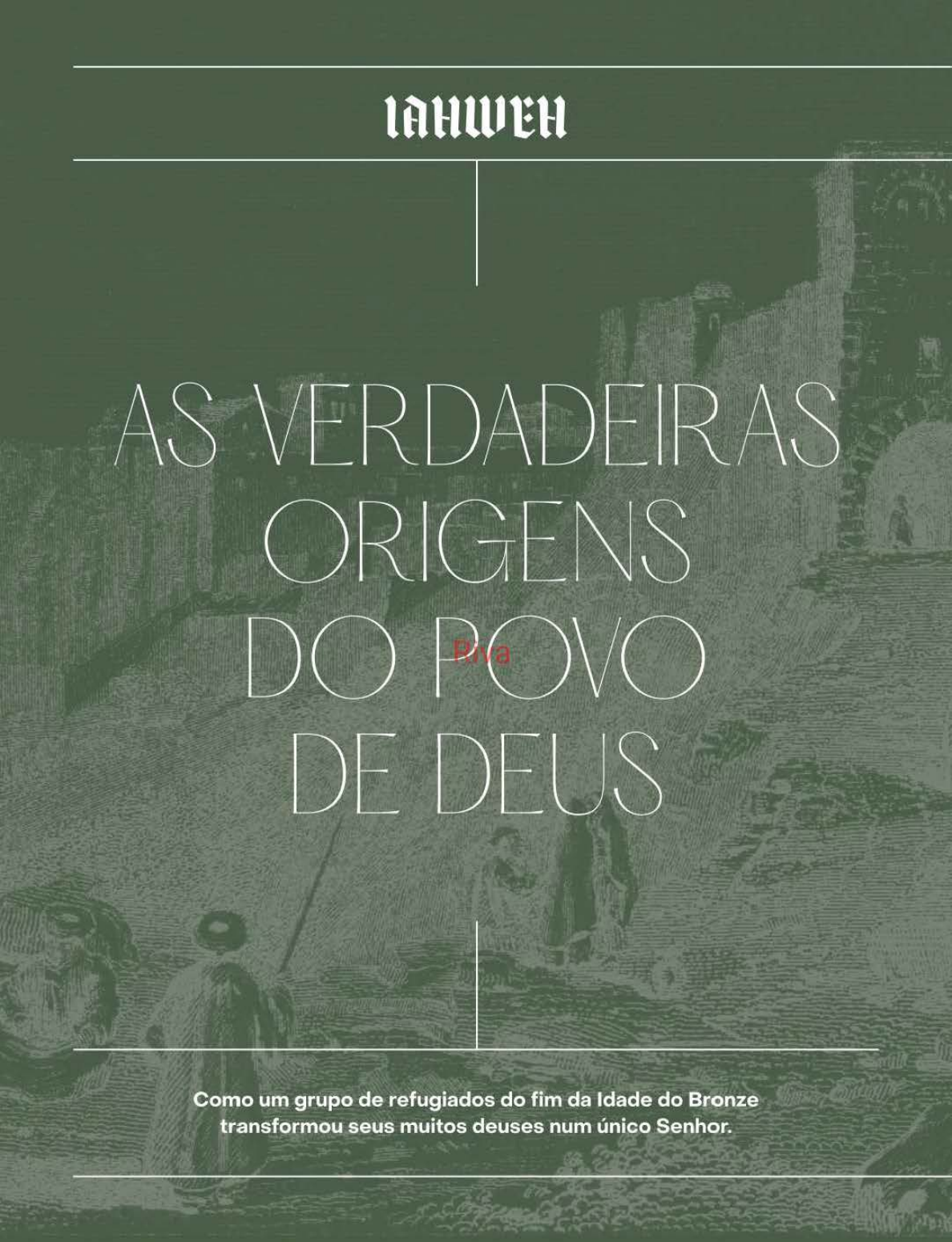
Aliás, parece que, do ponto de vista psicológico, o problema que os crentes em Deus têm com os ateus é essencialmente de confiança. Em outras palavras, as pessoas parecem enxergar a adesão a um Deus Grande como parte importante da fé do sujeito no "contrato social", ou seja, nas regras que governam a justiça e moralidade na vida em grupo.

Segundo esse ponto de vista, não é que os ateus sejam maus – eles apenas não teriam um fiador sobrenatural quando se sentissem tentados a fazer algo errado. A ideia é apoiada por dados que mostram, também em jogos experimentais, que as pessoas têm mais probabilidade de cooperar com parceiros sabidamente religiosos, mesmo que tais parceiros não sejam da mesma religião que a sua.

IAHWEH

AS VERDADEIRAS ORIGENS DO POVO DE DEUS

Riva



Como um grupo de refugiados do fim da Idade do Bronze transformou seus muitos deuses num único Senhor.

A VIDA DE QUEM estuda as origens do monoteísmo ocidental seria muito mais fácil (ou muito mais chata, se você é do tipo que adora um desafio) se fosse possível ler a Bíblia como quem lê um relato jornalístico escrito na semana passada, ou um bom livro de história sobre a Segunda Guerra Mundial. Se as Escrituras tivessem sido produzidas com a mesma preocupação que esses gêneros modernos devotam à precisão factual e à busca pela objetividade, não haveria muito o que discutir: a crença no Deus único que ainda hoje é adorado por judeus, cristãos e muçulmanos teria principiado lá pelo ano 1800 a.C., quando um chefe tribal de origem mesopotâmica chamado Abrão (nome que depois seria ligeiramente alterado para "Abraão"), atendendo a um chamado da divindade conhecida como Iahweh, decidiu deixar a região de Harã, na fronteira entre as atuais Turquia e Síria, e partiu de mala e cuia para a terra conhecida como Canaã, hoje correspondente a Israel e aos territórios palestinos.

Para quem vê contradição entre as religiões abraâmicas (assim chamadas em homenagem ao nosso ilustre personagem) e a Teoria da Evolução, não deixa de ser irônico constatar que Abraão põe o pé na estrada por ter fé numa promessa de Iahweh cujo sabor é bastante darwinista. O ponto central da promessa de Deus é a descendência: os filhos, netos e bisnetos de Abrão vão dar origem a um povo mais numeroso do que as estrelas do céu e os grãos da areia da praia. O prêmio da fé é o sucesso reprodutivo.

Escravizados pelos egípcios, os milhares de descendentes de Jacó, neto de Abraão, conhecidos como israelitas, são libertados por intervenção direta de Iahweh, que escolhe como seu representante na Terra o profeta Moisés. O porta-voz de Iahweh sobe ao Monte Sinai, no meio do deserto, para receber das mãos do próprio Deus as leis sagradas que caracterizam a primeira religião monoteísta da história.

Essa, num resumo ridiculamente resumido, é a narrativa das origens da crença no Deus único que, há milhares de anos, pode ser lida no Antigo Testamento, como o chamam os cristãos, ou na Torá, a primeira parte da Bíblia hebraica aceita pelos judeus. O problema é que, apesar de seu inegável apelo literário e religioso, essa narrativa tem pouco de história e muito de material lendário. Figuras como Abraão, Jacó e Moisés podem até ter existido no passado remoto, mas não há evidências diretas da passagem desses personagens pelo antigo Oriente Médio, e tudo indica que o surgimento do monoteísmo israelita tenha sido um processo muito complexo.

Riva

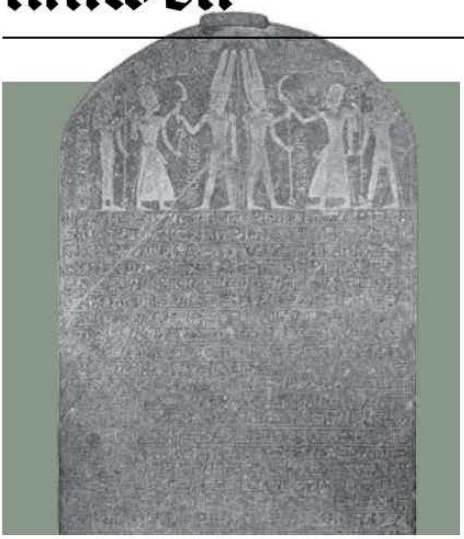
Não há como explicar o que os especialistas têm descoberto sobre a gênese da figura de Iahweh sem falar da história do povo de Israel, cuja saga se confunde com a de seu Deus todo-poderoso, e dos acontecimentos históricos que moldaram os antecessores e os vizinhos dos israelitas na terra de Canaã.

DOS PATRIARCAS AO NILO

A tendência que prevalece entre quase todos os pesquisadores atuais é enxergar com ceticismo as chamadas narrativas patriarcais, que abordam a vida de Abraão e seus descendentes mais próximos. Não se trata de uma conspiração antibíblica: essa posição é apenas o resultado de uma leitura mais atenta das pistas deixadas pelo Gênesis e pela arqueologia. Considere a grande quantidade de anacronismos na história dos patriarcas – ou seja, de coisas que, até onde sabemos, não poderiam estar presentes nessas narrativas porque ainda não existiam na época deles. As narrativas patriarcais mostram, por exemplo, os fundadores do povo israelita interagindo com o grupo étnico dos filisteus. O detalhe é que, tal como os camelos, os filisteus também foram acrescentados tardiamente ao panorama do Oriente Próximo, tendo chegado à terra de Canaã, veja você, em torno de 1200 a.C.,

Nas primeiras fases da história de Israel, a narrativa bíblica está repleta de mitos.

IMAGEM: Getty Images



A Estela de Mernepath

O TEXTO DESSE monumento egípcio associa o termo "Israel" com a terra de Canaã. Eis um trecho:

Os príncipes estão todos prostrados, dizendo 'Paz!'

Não há quem ouse erguer a cabeça entre os Nove Arcos.

Canaã foi saqueada e toda sorte de mal se abate sobre ela;

Israel é um deserto e sua semente não mais existe

Os tais "Nove Arcos" correspondem à totalidade dos inimigos do Egito. E essa conversa de "sua semente não mais existe" provavelmente é literal: segundo a maioria dos egiptólogos, Merneptah está afirmando que destruiu as colheitas dos israelitas, e não que acabou com a descendência deles (outro sentido possível do termo "semente").

talvez vindos da ilha de Creta. A não ser que Abraão e seu filho Isaac tivessem uma máquina do tempo, não haveria maneira de eles toparem com um filisteu.

Isso sugere que o material hoje presente no Gênesis foi escrito muitos séculos depois dos supostos acontecimentos que relata, ainda que esteja baseado em tradições orais mais antigas. Outra pista interessante que aponta nessa direção é o fato de que os textos, com alguma frequência, relatam que acontecimentos muito parecidos, se não idênticos, aconteceram tanto com um quanto com outro patriarca – isso quando não é o mesmo acontecimento relatado sobre o mesmo ancestral dos israelitas. Para muitos estudiosos, o mais provável é que essas histórias sejam versões ligeiramente diferentes da mesma lenda popular.

Riva

O Egito e seu povo desempenham um papel importantíssimo nas narrativas bíblicas sobre a origem de Israel e da adoração a Iahweh. É a escravidão dos israelitas no Egito, relatada no livro do Êxodo, o segundo da Bíblia, que leva Deus a intervir de forma espetacular no curso da história. O problema, mais uma vez, é que é muito complicado, se não impossível, demonstrar que os israelitas de fato passaram séculos no Egito e organizaram uma nova nação e o culto a Iahweh quando saíram de lá e foram para a Terra Prometida, ou Canaã, onde Abraão, Isaac e Jacó tinham morado.

Os textos egípcios não mencionam a fuga dos israelitas, apenas a terra deles.

Por um lado, é verdade que, durante séculos, grupos seminômades de Canaã e de outras regiões vizinhas do Egito costumavam aparecer nas fronteiras dos domínios faraônicos, pedindo para entrar, em períodos de seca e consequente fome. A região que mais tarde viraria o território israelita estava longe de ser um deserto, mas a agricultura da área dependia da chuva para produzir direito, diferentemente do cenário egípcio, no qual a cheia anual do Nilo fertilizava a terra nas margens do grande rio e era suficiente para garantir colheitas abundantes.

Em tese, seria possível que algum desses grupos de imigrantes passasse muito tempo no Egito, fosse escravizado e conseguisse se libertar, fugindo de volta para sua terra de origem. A arqueologia indica que isso teria de ter acontecido antes de 1208 a.C. Essa é a data mais aceita para a composição do texto egípcio escrito na chamada estela de Merneptah. Uma estela, como você

IMAGENS: Getty Images

talvez saiba, nada mais é que um bloco vertical de pedra, usado para inscrições comemorativas na Antiguidade. E Merneptah, filho de Ramsés 2º, reinou sobre o Egito de 1213 a.C. a 1203 a.C.

Em dado momento de seu governo, o faraó mandou registrar suas vitórias contra inimigos espalhados por Canaã e por outras regiões do Oriente Próximo na tal estela (veja o quadro com parte do texto do monumento).

Esse texto é a mais antiga menção a uma entidade chamada "Israel" fora da Bíblia. E os hieróglifos usados nele dão a entender que os israelitas estavam organizados como um grupo étnico, em estágio possivelmente tribal e nômade. Ou seja, por volta do ano 1200 a.C., grupos conhecidos coletivamente como Israel já estavam morando em algum lugar da terra de Canaã.

Não há sinais da passagem de uma multidão de 2 milhões pelo Sinai.

Arco triunfal barroco com imagens dos patriarcas israelitas e a palavra "Iahweh".

O problema é que, embora a primeira referência aos israelitas fora da Bíblia apareça num monumento egípcio, não há nenhuma menção aos "filhos de Jacó" dentro do Egito. E isso é realmente muito estranho porque, segundo a Bíblia, nas vésperas do Êxodo, a população israelita contava uns 600 mil homens adultos, ou 2 milhões de pessoas no total. Se juntarmos tais dados às estimativas da população egípcia na mesma época, isso significa que mais ou menos metade dos moradores do Egito seriam israelitas.

Ora, se meio Egito de repente abandonasse as margens do Nilo, deveria ser possível detectar isso pelos meios arqueológicos tradicionais – crise econômica, cidades abandonadas de repente etc. Mas não há evidências disso dentro do território egípcio, nem de multidão alguma vagando pelo deserto pelos 40 anos seguintes, como diz a Bíblia.

A coisa não melhora muito quando a gente examina com cuidado as narrativas sobre o que aconteceu depois do Êxodo e das supostas quatro décadas de cami-

Todas as pistas arqueológicas sugerem que o povo de Israel surgiu em Canaã.

nhada dos filhos de Israel pelo deserto. Segundo o Antigo Testamento, Moisés morre às vésperas da invasão da Terra Prometida. Cabe ao sucessor dele, o general Josué, coordenar a conquista de Canaã, o que ele faz brilhantemente – com uma grande ajuda divina, é claro. É graças à intervenção de Iahweh que as muralhas da cidade de Jericó, em Canaã, vêm abaixo. Com raras exceções, os cananeus são exterminados.

A arqueologia conta uma história bem diferente. Jericó, para começo de conversa, provavelmente era uma pilha de ruínas havia séculos na suposta época das aventuras de Josué. No resto da Palestina, os anos que vão de 1250 a.C. a 1100 a.C. parecem ter sido de instabilidade política e conflitos, assim como em boa parte do Mediterrâneo – trata-se do chamado colapso da Idade do Bronze, que representou o fim de vários impérios e o enfraquecimento de outros. Várias cidades de Canaã parecem ter sido destruídas por invasores.

Ponto para Josué, portanto? Não, por dois motivos: a lista de cidades-Estado arrasadas não bate com a apresentada pela Bíblia, com raras exceções; e, o mais importante, quando algumas dessas cidades são reconstruídas, não parece haver grandes mudanças na cultura material dos novos habitantes. Eles continuam sendo tipicamente cananeus, não israelitas. Em resumo, a trama que aparece nos livros bíblicos parece estar errada do ponto de vista histórico.

Isso significa que Moisés e a revelação que ele teria recebido de Iahweh nunca existiram de verdade? É difícil dizer, mas o que parece razoavelmente seguro afirmar é que não houve uma relação direta entre um suposto cativeiro dos israelitas no Egito e a crença no Deus único. Está cada vez mais claro que o monoteísmo israelita não nasceu pronto da cabeça de um único reformador religioso, mas emergiu de forma gradual a partir do pano de fundo das antigas crenças da terra de Canaã.

IMAGEM: Getty Images

Vista de Jericó, cidade supostamente destruída de modo miraculoso por Josué.

CANANEUS VIRA-CASACAS

Outra pista forte sobre as origens israelitas aparece lá pelo ano 1100 a.C. Trata-se de um novo tipo de ocupação da terra nas regiões montanhosas no centro de Canaã, até então relativamente vazias de gente – justamente as áreas mais importantes do território do Israel bíblico.

Nessa época, o começo da Idade do Ferro, a área passa a abrigar cada vez mais moradores em período integral. São, em geral, vilas minúsculas, com algo entre 50 e 100 famílias cada uma, mas elas se espalham feito cogumelos pelo território: de apenas 30 sítios arqueológicos mapeados no fim da Idade do Bronze, em 1.200 a.C., passamos para 250 sítios dois séculos mais tarde, o que corresponderia a um aumento de quatro vezes na população sedentária da região, segundo calcula o arqueólogo Israel Finkelstein, da Universidade de Tel Aviv.

Esse povo todo inicialmente pratica formas modestas de agricultura e pecuária, voltadas para a subsistência. Um dado curioso é que os novos vilarejos apresentam uma estrutura circular, que lembra a dos aglomerados de tendas dos beduínos e seria um sinal de que os moradores da região descendiam de grupos seminômades que já circulavam por ali antes.

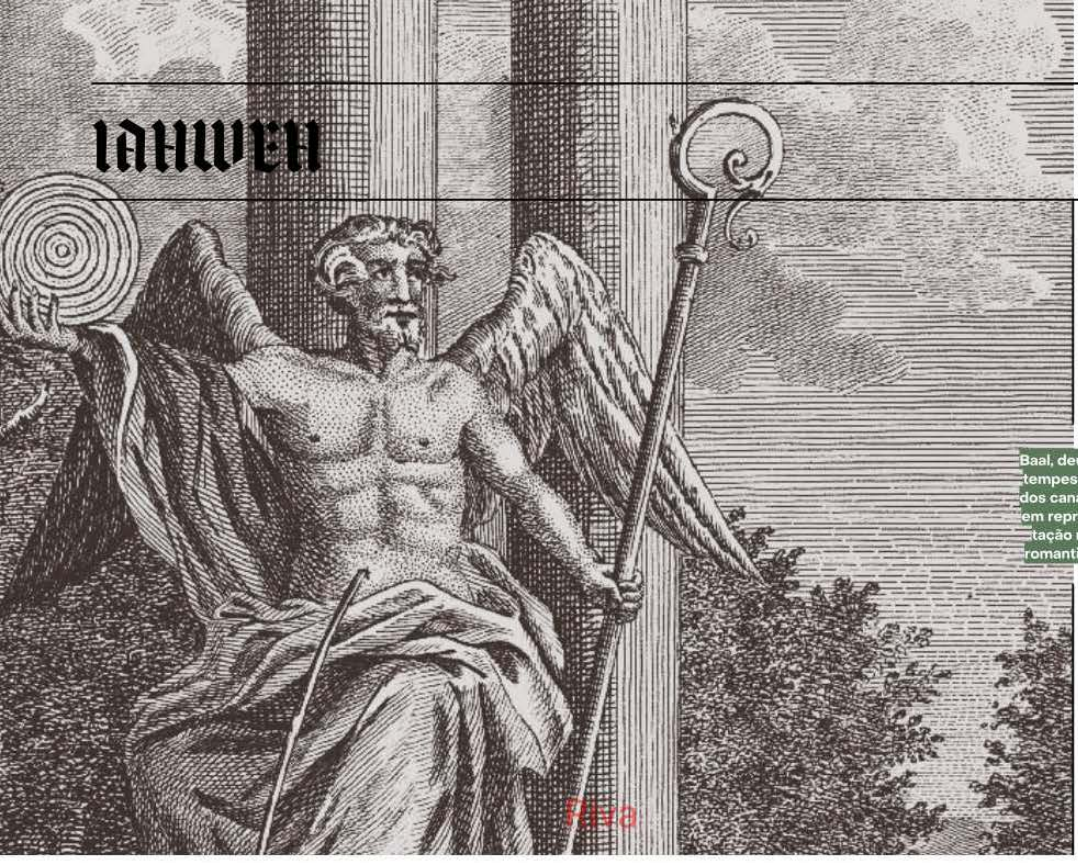
Esses sítios estão cheios de sinais daquilo que os arqueólogos gostam de chamar de continuidade cultural. Ou seja, os artefatos dos primeiros israelitas, em geral feitos de cerâmica, seguem os modelos e estilos que existiam em Canaã nos séculos anteriores, como se eles tivessem aprendido como fabricá-los com os cananeus.

E há ainda a questão linguística. Quando os linguistas resolveram comparar o hebraico bíblico com outros idiomas da região de Canaã, o parentesco entre a língua do Antigo Testamento e a de vizinhos como os fenícios ficou óbvio. Para todos os efeitos, o hebraico é um dialeto cananeu.

Em resumo, uma conjunção bastante sólida de pistas sugere que os israelitas não passam de um subgrupo dos moradores tradicionais de Canaã, e esse é o atual consenso entre historiadores e arqueólogos. Faz sentido imaginar que parte deles eram refugiados da catástrofe que marcou o fim da Idade do Bronze, tentando reconstruir sua vida. Considerando que o Egito e seus faraós dominaram durante séculos as cidades cananeias, dá para entender por que surgiu o mito da libertação milagrosa do poderio egípcio e da destruição da velha ordem corrupta de Canaã. Não dá para apagar totalmente o passado, no entanto.

A GRANDE FAMÍLIA DIVINA

Tabuletas de argila da antiga cidade-Estado de Ugarit, na Síria, com textos num idioma muito próximo do hebraico e estilo similar ao da Bíblia, são as responsáveis por nos dar uma ideia do que realmente se passava na cabeça de um cananeu da Idade do Bronze. Tais textos contêm um rico conjunto de mitos sobre divindades que ecoam de forma impressionante certos



Baal, deus das tempestades dos cananeus, em representação mais romantizada.

aspectos de Iahweh.

O mais venerável desses seres mitológicos cananeus é El, um deus idoso e barbudão que é o rei e pai das divindades. Um de seus apelidos mais comuns é "Touro El". Ele não tem propriamente uma casa, mas sim uma tenda. Sua esposa é Asherah, uma deusa-mãe aparentemente ligada à fertilidade.

Logo abaixo de El está Baal, muito citado (e atacado) no Antigo Testamento. Ele é um jovem príncipe guerreiro. Os raios, os trovões e as tempestades são as armas de Baal e simbolizam seu poder bélico e sua impetuosidade. Sua casa (ou templo), feita com madeira de cedro, fica no alto do monte Safon, na Síria (atual Monte Aqraa). Ele recebe o direito de habitar sua mansão no topo da montanha depois de enfrentar e vencer Yamm, o deus do mar, e seus temíveis monstros marinhos.

Textos achados na antiga cidade síria de Ugarit lembram bastante os da Bíblia.

As narrativas ugaríticas sobre Baal, porém, não falam apenas de suas vitórias gloriosas, mas também de sua derrota no combate com Mot, o deus da morte. Mot acaba devorando Baal, como se ele fosse um mortal qualquer. O deus derrotado, porém, é vingado por sua irmã (e, segundo certas interpretações dos textos de Ugarit, também esposa) Anat, uma feroz deusa guerreira que faz colares e cintos com as mãos e as cabeças decepadas de seus inimigos. Após cometer toda sorte de atrocidade com o cadáver de Mot (moendo-o, por exemplo), Anat presencia a ressurreição tanto de seu irmão quanto de seu arqui-inimigo. Baal e Mot realizam então um tira-teima do duelo anterior, mas desta vez quem sai vencedor é o deus da tempestade, que assume enfim o papel de governante do Universo, delegado a ele pelo velho El.

Em resumo, era mais ou menos nisso que os ancestrais dos israelitas provavelmente acreditavam. É

IMAGENS: Getty Images, divulgação

Diversas pistas associam o Deus bíblico a diferentes regiões desérticas.

difícil – na verdade, praticamente impossível – saber com precisão como e quando essas crenças se modificaram. Tentar entender como esse processo aconteceu depende, em última instância, de análises cuidadosas dos textos bíblicos, que são a principal evidência direta das crenças israelitas a chegar até nós.

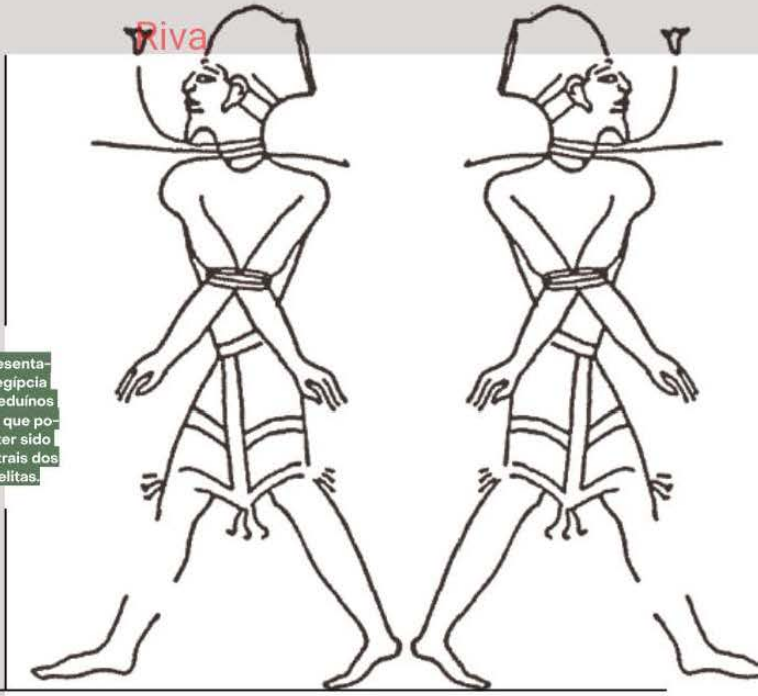
Existem muitos jeitos possíveis de comparar essas pistas da Bíblia com os antigos mitos cananeus, mas um dos mais interessantes e influentes é o modelo proposto pelo americano Mark S. Smith, do Departamento de Estudos Hebraicos da Universidade de Nova York.

Smith resume seu modelo com duas palavras-chave: convergência e diferenciação. Segundo ele e outros especialistas, tudo indica que os antigos israelitas desenvolveram suas concepções religiosas sobre Iahweh conferindo a ele muitas das características dos membros do antigo panteão cananeu – essa é a parte da convergência, ou seja, dos traços dessas antigas divindades "convergindo" para o Deus bíblico. Ao mesmo tempo, porém, há o fenômeno da diferenciação, ou seja, as tentativas de distinguir Iahweh dos demais deuses de origem cananeia.

Dispomos de alguns indícios intrigantes de que essa metamorfose religiosa complexa só foi possível porque, ao menos inicialmente, Iahweh era um estranho no ninho do panteão ancestral de Canaã. A primeira pista desse fato vem de uma inscrição egípcia feita em torno de 1400 a.C. Esse texto menciona "YHW na terra dos beduínos Shasu".

"Shasu" é o termo usado pelos egípcios para designar os grupos de pastores nômades que viviam nas regiões semiáridas e desérticas ao sul e ao sudeste da terra de Canaã. São áreas conhecidas nos tempos bíblicos como Edom (segundo o Gênesis, povoada pelos descendentes de Esaú, irmão de Jacó), Madiã (ainda de acordo com a Bíblia, habitada por povos que descendem de um filho de Abraão), Farã (ou Parã) e Temã. Estamos falando de uma região que engloba o sul da atual Jordânia, o noroeste da Arábia e parte da Península do Sinai, que hoje pertence ao Egito. E tudo indica que "YHW", ou "Yahu", seja uma variante mais curta do nome de Iahweh.

Será que os Shasu viviam numa região chamada "Iahweh" ou "terra de Iahweh"? Ou será que o texto se refere, na verdade, "à terra dos Shasu que adoram a Iahweh"? De qualquer jeito, alguns dos textos bíblicos de origem mais antiga, segundo os especialistas, mencionam justamente a região árida e remota habitada pelos Shasu como a morada do Deus de Israel. Um trecho do livro do profeta Habacuc, por exemplo (capítulo 3, versículo 3), diz: "Eloá [forma arcaica da palavra para



Representação egípcia dos beduínos Shasu, que podem ter sido ancestrais dos israelitas.

IAHWEH

O deus-patriarca El, adorado pelos cananeus, era sábio e barbudo.

Leviatã, monstro marinho citado na Bíblia, tem semelhanças com figuras de outras mitologias do Oriente Próximo.

"Deus" em hebraico] vem de Temã/E o Santo, do monte Farã". Do mesmo modo, uma canção contida no livro dos Juízes (capítulo 5, versículos 4 e 5) fala da passagem de Iahweh pelas planícies de Edom.

É claro que a ideia de que Deus mora no deserto não é totalmente estranha quando se leva em conta o relato do encontro entre Moisés e Iahweh no Monte Sinai, parte importantíssima do Êxodo. Embora a fuga do Egito aparentemente não seja histórica, muitos pesquisadores acreditam que as referências ao deserto são um sinal de que o culto a Iahweh pode ter sido trazido para a Terra Prometida por meio do contato entre parte dos ancestrais dos israelitas e os povos nômades que passavam boa parte de seu tempo nas terras áridas. Alguns dos mais antigos adoradores de Iahweh em Canaã podem ter sido pastores da borda do deserto que decidiram se fixar na região montanhosa, ou então protoisraelitas que tiveram contato com membros de caravanas que passavam por ali.

Os textos bíblicos dão a impressão de que Iahweh inicialmente foi visto como um aspecto do velho El ou, no mínimo, passou por um processo de convergência com esse deus logo no começo da história israelita. No Gênesis e no começo do Êxodo, por exemplo, embora o nome "Iahweh" apareça com bastante frequência, há uma série de textos que destacam o fato de que os patriarcas não costumavam usar essa palavra para designar a divindade que adoravam, porque supostamente não sabiam que seu nome era Iahweh. Em vez disso, eles preferiam usar expressões e títulos que têm paralelos nos textos de Ugarit sobre El.

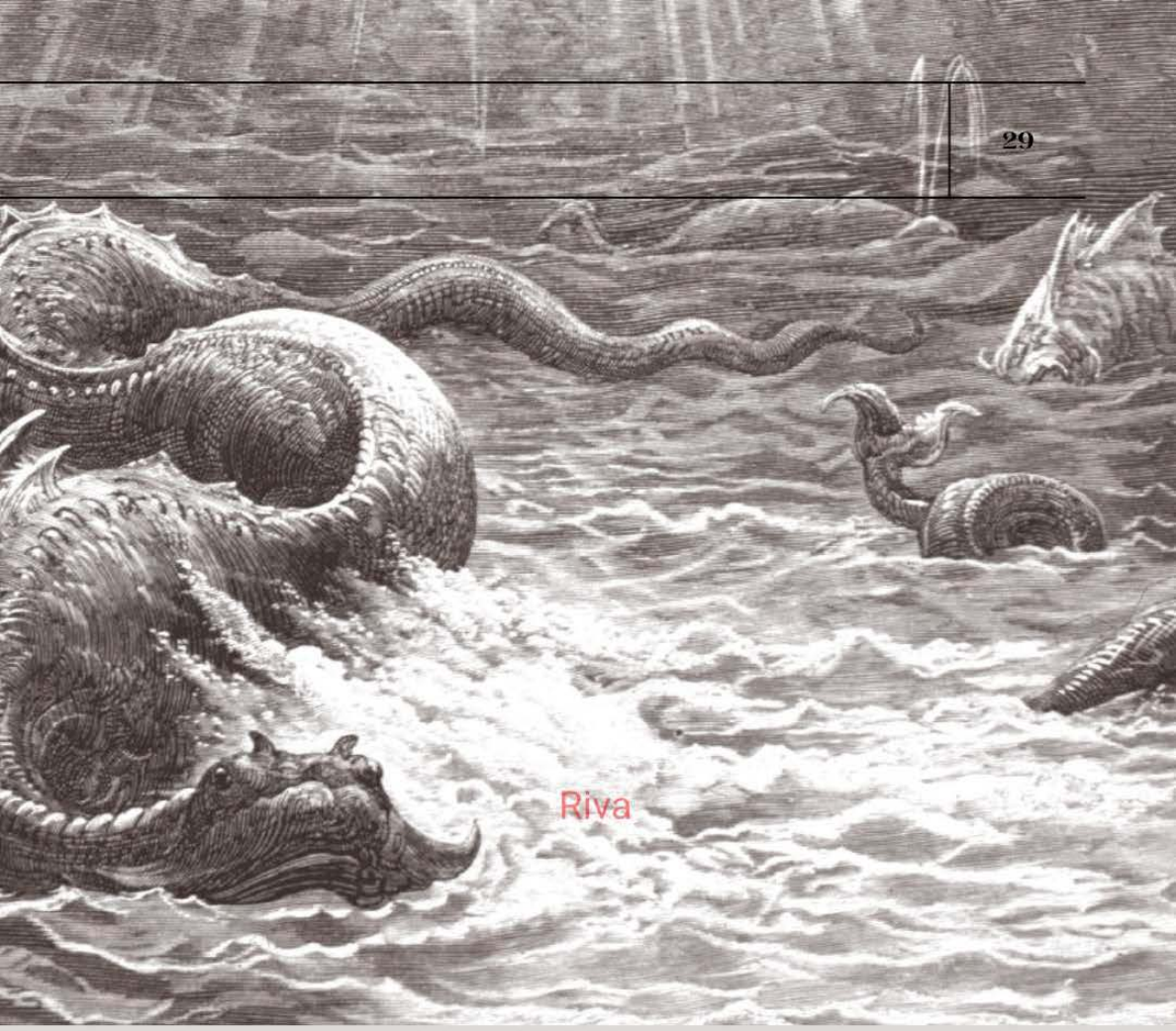
Um dos casos mais marcantes desse fenômeno aparece numa conversa entre Moisés e Deus, quando o Senhor está enviando o profeta para pedir ao faraó que liberte os israelitas. "Eu sou Iahweh", diz Deus. "Apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como El Shaddai; mas meu nome, Iahweh, não lhes fiz conhecer." As pessoas costumam traduzir El Shaddai como "Deus Todo-Poderoso", mas o significado original da expressão parece ser "El, o que habita na montanha".

Além de citar El Shaddai, o Gênesis menciona ainda El Elyon (traduzido como "Deus Altíssimo") ou simplesmente Elyon, El Olam ("Deus Eterno"; de novo, em Ugarit o pai dos deuses era chamado de "El, o Eterno") e o "Touro de Jacó" – como vimos, o rei divino dos cananeus também era conhecido como "Touro El".

A influência da personalidade de El talvez corresponda a alguns dos aspectos mais plácidos do Deus bíblico: assim como El, ele tem um lado paternal e misericordioso. Por outro lado, o Deus do Antigo Testamento é, indiscutivelmente, um guerreiro. Provavelmente não é incorreto dizer que esse é o "lado Baal" de Iahweh, e diversos textos bíblicos revelam semelhanças entre, digamos, o estilo de Baal e o de Iahweh.

A questão é que cada divindade do mundo antigo costuma ser descrita por seus fiéis com um conjunto tradicional de apelidos, aparência física, inimigos etc. Em trechos como o Salmo 74, há paralelos entre o jovem deus da tempestade cananeu e o Senhor bíblico. Nesse salmo, Deus divide o mar e destrói monstros marinhos como o Leviatã, tal como ocorre na batalha épica de Baal contra Yamm, o senhor do mar. Outros salmos, bem como passagens do livro de Jó, apresentam variações da mesma cena mítica, o confronto

IMAGEM: Getty Images



Nos Salmos ou no livro de Jó, Deus aparece lutando contra as forças do caos.

entre Deus e o caos representado pelo oceano e seus monstros.

Quando o assunto é se manifestar ao mundo, Iahweh também parece ter seguido de perto os passos de Baal. Ambos lançam sobre seus inimigos um bombardeio de raios, trovões e tempestades; ambos são capazes de trazer a chuva para a terra seca quando seu povo precisa de boas colheitas; ambos comandam o exército divino montados num carro de guerra feito de nuvens. O grau de convergência é tamanho que alguns textos bíblicos chegam a afirmar que o Monte Sião (ou seja, o local de Jerusalém onde os israelitas construiriam o Templo de Iahweh) é idêntico ao Monte Safon – ou seja, a morada tradicional de Baal nos textos ugaríticos. Repaginando e reimaginando deuses mais antigos, os israelitas primitivos iniciaram um processo que mudaria o cenário religioso do mundo todo, como veremos a seguir.

ISRAEL E JUDÁ

A ESPOSA DE DEUS E OUTROS CAUSOS

Riva

Como a crença em Iahweh evoluiu durante a ascensão e queda das monarquias de Israel e Judá.

SE OS ADORADORES de Iahweh continuassem a ser simples plantadores de cevada e pastores de ovelhas analfabetos, a deidade que hoje é objeto da fé de bilhões de pessoas mundo afora teria pendurado suas chuteiras há muito tempo, sendo lembrada apenas como mais um deus tribal obscuro do Oriente Próximo antigo. Mas a vida do povo de Israel acabaria passando por transformações profundas, e a visão que os israelitas tinham do próprio Iahweh inevitavelmente também seria transformada. Boa parte da motivação por trás dessas mudanças radicais provavelmente tem de ser colocada na conta dos reis israelitas, que transformaram um amontoado de tribos numa nação. Ou em duas – há controvérsias.

Escrevo isso porque, assim como ocorre no caso do Êxodo e da conquista de Canaã, existe um abismo considerável entre o que a narrativa bíblica conta sobre as origens da monarquia israelita, de um lado, e o que os dados arqueológicos e históricos têm mostrado nas últimas décadas, de outro.

De acordo com os chamados livros históricos do Antigo Testamento, os "filhos de Israel" passam vários séculos de sua vida na Terra Prometida organizados de forma tribal. No entanto, segundo o livro dos Juízes, as tribos não cumprem a orientação divina de exterminar todos os cananeus que encontrarem e passam a ser influenciadas pelos costumes pagãos de seus novos vizinhos. Por isso, a ira de Iahweh se abate sobre os israelitas, que começam a ser derrotados em batalha e são oprimidos pelos cananeus.

Tentando sair desse atoleiro, os israelitas pedem ao profeta Samuel que providencie um rei para eles. O primeiro rei, Saul, começa bem, mas se torna uma decepção, desobedecendo o Senhor. Cabe então a Samuel ungir, em segredo, um novo rei, o jovem pastor David, da tribo de Judá.

Após muitas peripécias, David finalmente assume o trono e governa as tribos de Israel por décadas. O rei acabaria se tornando o modelo de todos os governantes futuros, graças à sua devoção completa a Iahweh. Mas é com seu filho e sucessor, Salomão, que o reino alcança o auge. Salomão obtém de Iahweh a permissão para construir o Templo de Jerusalém, faz aliança com o Egito e a Fenícia, constrói um palácio suntuoso e cidades fortificadas.

Salomão, porém, ao desposar princesas estrangeiras, deixou-se seduzir também por deuses pagãos, despertando a fúria de Iahweh. O Senhor anuncia que os descendentes de Salomão continuarão a reinar sobre a tribo de Judá em Jerusalém, mas serão punidos com a perda do domínio sobre todas as demais tribos, com exceção da de Benjamim. Dali por diante, os israelitas ficariam divididos entre dois Estados monárquicos: Israel, o reino do Norte, e Judá, o do Sul.

PRIMAZIA NORTISTA

Durante séculos, poucos historiadores discordavam da trama básica da história israelita que expus para vocês nos últimos parágrafos. Infelizmente para quem tenta defender a historicidade de cada detalhe da Bíblia, os dados arqueológicos mais recentes indicam que talvez nunca tenha havido um grande reino congregando todas as tribos israelitas. Isso porque, entre os anos 1000 a.C. e 900 a.C., a época do suposto domínio de David e Salomão, só havia grandes assentamentos no norte do território israelita, com baixíssima população em Judá, no sul. Não faria sentido que o punhado de habitantes de Judá dominassem seus primos muito mais numerosos e urbanizados do norte.

Isso significa que David e Salomão foram inventados

A glória de reis como David e Salomão pode ter sido bastante exagerada.

Rva

IMAGEM: Getty Images

ISRAEL E JUDÁ

Estela de Tel Dan, texto que é a mais antiga menção a uma dinastia formada pela família do rei David.

pelos autores bíblicos? Provavelmente não. Inscrições em aramaico na chamada estela de Tel Dan, feitas entre 150 e 200 anos depois da época em que eles teriam vivido, mencionam a "Casa de David" (ou seja, a dinastia fundada por esse rei), e não há razões para duvidar que um guerreiro desse nome de fato conseguiu dominar os demais chefes tribais de sua região lá pelo ano 1000 a.C. Faz mais sentido imaginar que as tribos da região montanhosa passaram por um processo gradual e desigual de centralização política, o qual conduziu primeiro à formação do reino de Israel e, um pouco mais tarde, à do reino de Judá.

AO REI O QUE É DO REI, A DEUS O QUE É DE DEUS

Seja como for, o fato é que a presença de um rei faz muita diferença, do ponto de vista religioso e das próprias ideias sobre Deus. Na prática, o principal impacto da presença de um monarca pode ser definido com uma única palavra: centralização. Quando você começa a conceber o culto divino como uma das funções básicas de um Estado centralizador, uma possibilidade forte é a transformação dos sacerdotes e funcionários dos templos, os sujeitos diretamente responsáveis pelas atividades religiosas formais, em funcionários públicos de alto escalão.

Uma vez que o rei e seus asseclas resolvem controlar o culto à divindade, surge a possibilidade de conflito entre a "religião oficial" e as manifestações religiosas populares, ou mesmo entre sacerdotes e leigos "reformistas" e o culto capitaneado pela monarquia. Conflitos desse tipo, de fato, marcam o texto bíblico.

A convergência entre a figura de Iahweh e certas divindades mais antigas, como Baal, indica que um dos papéis originais do Deus bíblico é o de deidade guerreira — não é à toa que um dos epítetos mais comuns dele no Antigo Testamento é "Senhor dos Exércitos" (subentenda-se aqui

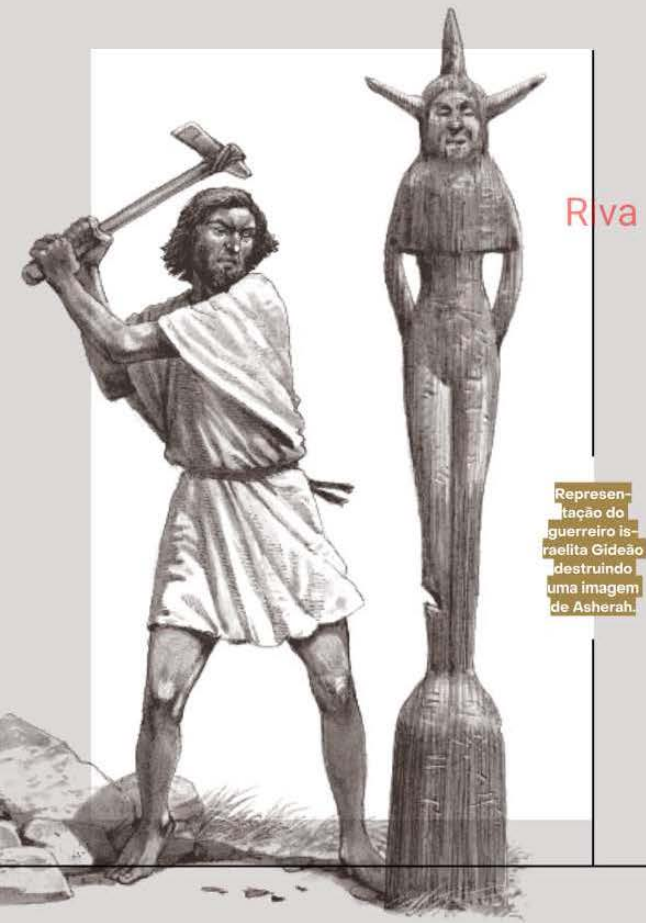
Ao centralizar o poder, os reis de Israel transformam o cenário religioso.

IMAGENS: divulgação, Getty Images

tanto "exércitos celestes" quanto "exércitos de Israel"). Surge, assim, uma teologia monárquica na qual a promessa de vitória e domínio é transferida do povo como um todo para o rei. E o governante passa a ser visto como uma espécie de filho adotivo de Deus, conforme mostram, mais uma vez, alguns salmos.

Pode ser só coincidência, mas é intrigante que vários dos povos vizinhos e contemporâneos do Israel bíblico – lugares como Moab e Amon, do lado leste do Rio Jordão – também parecem ter abraçado um único grande deus nacional como seu protetor, assim como Iahweh era o soberano divino dos israelitas. Isso não significa que eles abandonassem totalmente o culto de outros deuses, mas há evidências de que eles direcionaram a maior parte de suas energias religiosas para a adoração desse deus principal, de tal forma que até seus panteões tinham um número restrito de divindades.

Habitantes de Canaã voltam a ser notados pelos impérios da época.



Representação do guerreiro israelita Gideão destruindo uma imagem de Asherah.

DE VOLTA AO MAPA

A verdade é que não temos indicações arqueológicas seguras sobre quais deuses eram cultuados, e de que maneira, nos primeiros séculos de existência dos reinos israelitas. O que se pode afirmar com certeza é que, tanto no Norte quanto no Sul, havia uma multiplicidade de centros de culto religioso, caracterizados principalmente pelos altares nos quais os sacerdotes sacrificavam animais e queimavam incenso.

Do mesmo modo, existem alguns elementos de cultura material que lembram detalhes da religião cananeia – estatuetas de touros que podem ter ligação com El ou Baal, imagens femininas flanqueadas por árvores que talvez tenham algo a ver com a deusa Asherah. Entretanto, de forma geral, a religião de Israel parece ter sido relativamente anicônica, ou seja, não muito amiga do uso de imagens dos deuses.

Seja como for, não dá para deixar de lado o impacto da nova organização política israelita sobre a situação religiosa da região, e é nesse sentido que coisas um bocado importantes começam a acontecer, ao que tudo indica, nas décadas entre 900 a.C. e 850 a.C. Nesse período, depois de séculos de silêncio sobre a terra de Canaã nas inscrições dos países vizinhos, a área volta a ser citada em textos contemporâneos, especialmente da Assíria, império dominado por uma aristocracia guerreira que ficava no norte do atual Iraque.

O interessante é que, nos pontos em que os textos da Assíria mencionam as monarquias israelitas, a cronologia bate relativamente bem com o que a Bíblia diz nos

ISRAEL E JUDÁ

livros dos Reis, no Antigo Testamento. Juntando, portanto, os textos bíblicos, os relatos assírios e a arqueologia, dá para reconstruir o que provavelmente aconteceu no antigo Israel a partir dessa época.

O mero fato de os israelitas serem citados nas fontes assírias sugere um aumento de sua relevância internacional durante esse período. E atenção: durante cerca de um século, a Assíria só percebe a existência de Israel, o reino do Norte – Judá ainda não está no radar deles. Esse dado casa bastante bem com os achados arqueológicos na Palestina, os quais indicam que, nessa época, o aumento populacional continua, acompanhado de mais urbanização e da construção de palácios e cidades fortificadas no Norte, como Samaria, a nova capital do reino.

São sinais clássicos de fortalecimento do poder monárquico, e tanto os textos assírios quanto a Bíblia associam esse momento de consolidação à "Casa de Omri", ou seja, à dinastia fundada pelo rei israelita com esse nome, que teria reinado em torno de 880 a.C.

Considerado o fundador da cidade de Samaria, Omri foi sucedido por seu filho Acab, monarca que é uma das estrelas das inscrições assírias – no papel de vilão. É que, nessa época, o Império Assírio estava tentando estender seus tentáculos rumo ao Mediterrâneo, provavelmente com o intuito de controlar rotas de comércio, e entrou em colisão com Israel e outros reinos da Palestina, do Líbano e da Síria. Resultado: surgiu uma coalizão desses Estados de médio porte, cujo objetivo era barrar o avanço assírio. Os principais exércitos desses aliados eram justamente os de Acab (10 mil soldados de infantaria e 2 mil carros de guerra) e os do rei Hadadezer de Damasco (1.200 carros de guerra, 1.200 cavaleiros e 20 mil soldados de infantaria) – tudo isso segundo o relato assírio sobre a batalha de Qarqar, que se deu em 853 a.C., na Síria.

O empate com os assírios

A INSCRIÇÃO QUE NARRA o que aconteceu na batalha de Qarqar fala de uma vitória do monarca assírio Salmaneser 3, mas o fato é que nem Hadadezer nem Acab perderam o trono depois da suposta derrota, e Salmaneser 3 precisou voltar com seus exércitos à Síria várias vezes nos anos seguintes, sem nenhum resultado muito claro. Isso levou muitos historiadores modernos a argumentar que, na verdade, a atuação de Acab foi decisiva para que a Assíria não transformasse a Palestina em quintal de seu império em meados do século 9 a.C. Nada mal para um rei de um Estado tão pequeno.

Não é brincadeira juntar 2 mil carros de guerra para enfrentar uma força imperial. Trata-se de uma indicação bastante clara de que o reino governado por Acab tinha muitos recursos à disposição do monarca. De fato, esse parece ter sido o período no qual os israelitas definitivamente deixam de ser um povo unicamente montanhês e estendem seus domínios para os vales férteis de Canaã e para a costa do Mediterrâneo.

O reino do Norte, em outras palavras, tomou conta das regiões agrícolas mais produtivas da Palestina, o que, óbvio, resultou numa quantidade muito maior de riquezas fluindo para os cofres da monarquia e num maior engajamento no comércio internacional e na diplomacia com as demais nações emergentes da região. De quebra, é quase certo que Israel tenha incorporado ao seu território gente que ainda estava fortemente ligada ao sistema tradicional das cidades-Estado cananeias, uma população que provavelmente nunca tinha cultuado Iahweh.

O problema é que, tanto no mundo antigo quanto hoje, crescimento econômico e poderio diplomático-militar são benefícios que afetam uma nação de modos desiguais. Isso significa, entre outras coisas, funcioná-

Desigualdade gerada pelo crescimento estimula gênese dos profetas.

Riva

IMAGENS: Getty Images

Acab, rei de Israel, aqui retratado anacronicamente com trajes de cavaleiro do fim da Idade Média.

rios reais extraindo tributos (provavelmente em espécie, ou seja, em produtos agrícolas); a aplicação da corveia, ou seja, o uso da população livre para realizar obras públicas com pagamento irrisório. Mais: para famílias de agricultores que não conseguiam pagar suas dívidas, uma economia "de mercado", integrada às rotas de comércio do Mediterrâneo, muitas vezes significava o risco de perda de suas terras e a miséria, quando não a escravidão como forma de saldar a dívida. Há boas razões para acreditar que esse conjunto de transformações sociais de grande escala teve um papel crucial, ainda que não único, no surgimento do fenômeno da profecia israelita, responsável por dar uma guinada na compreensão tradicional de Iahweh e dos demais deuses.

Tudo indica que os profetas israelitas eram únicos e inovadores em certos aspectos, como em sua tendência a desafiar o poder dos reis e da classe sacerdotal, suas denúncias contra a injustiça social e sua defesa intransigente do javismo, ou seja, da exclusividade do culto a Iahweh.

Os profetas israelitas também já foram chamados de conservadores radicais – a ideia é que seu radicalismo consistia em tentar de todas as maneiras reconduzir o povo de Israel de volta à pureza original da aliança celebrada com Deus no Monte Sinai, por intermédio de Moisés. A radicalidade dos sujeitos continua sendo indiscutível, mas o que descobrimos sobre a história israelita até agora indica que faz mais sentido considerá-los como inovadores, e não como conservadores.

A ascensão da Casa de Omri é marcada, nos relatos bíblicos, pela atuação do profeta Elias e de seu discípulo Eliseu, javistas extremamente zelosos. Além de ameaçar

constantemente Acab e seus herdeiros com a vingança divina por causa das transgressões religiosas e éticas do rei, Elias e Eliseu vagam pelo território israelita e pelas regiões vizinhas realizando milagres. Mas a principal tarefa de Elias é confrontar os adoradores do deus Baal, cujo culto teria se espalhado entre os israelitas, segundo a narrativa bíblica, graças à influência da princesa fenícia Jezabel (ou Jezebel), mulher do rei.

Como vimos, a Casa de Omri conseguiu colocar Israel no mapa diplomático e militar do Crescente Fértil. O casamento de Acab com Jezabel, filha do poderoso rei de Sidon, uma das grandes cidades-Estado marítimas da Fenícia, provavelmente é um capítulo dessa ascensão. Os fenícios, claro, não eram adoradores de Iahweh: eram etnicamente cananeus, nunca tinham rompido com a tradição politeísta original da região e tinham Baal como divindade governante de seu panteão. É possível que Acab tenha decidido solidificar sua aliança com os fenícios por meios -teológicos, transformando Baal no novo chefão do panteão israelita e destronando Iahweh – ou, no mínimo, que ele tenha promovido a adoração ao Senhor da Tempestade com um vigor até então inexistente na história de Israel. Se essa reconstrução do que aconteceu estiver correta (e é preciso admitir, de novo, que não dá para ter certeza), a jogada diplomática do rei teria sido a gota d'água que desencadeou a resistência profética.

Amós é o profeta que inaugura o tema das injustiças sociais como pecados sérios.

O certo é que essa rebeldia dos profetas se manteve até no período de maior prosperidade de Israel, o reinado de Jeroboão 2º (783 a.C.–743 a.C.). Foi durante essa fase áurea, quando o reino alcançou sua maior dimensão graças a uma aliança com a Assíria e à canibalização do território de nações vizinhas que tinham se oposto ao império mesopotâmico, que atuaram Amós e Oseias, os mais antigos entre os chamados profetas literários, ou seja, que deixaram profecias registradas por escrito.

Amós e Oseias não são nem de longe tão famosos quanto alguns dos profetas que vieram depois, como Isaías e Jeremias, mas isso não é motivo para subestimar a obra deles. O primeiro é o que realmente inaugura o tema sombrio que será um dos refrãos dominantes da profecia israelita pelos séculos seguintes: a injustiça social e as transgressões religiosas de Israel levarão à destruição do reino, ao massacre do povo nas mãos de exércitos estrangeiros e ao exílio.

Amós também é um dos pioneiros de uma ideia que acabaria se tornando um dos pontos-chave do monoteísmo: a de que rituais religiosos não adiantam nada se as obrigações éticas não estão sendo cumpridas.

Oseias, por sua vez, provavelmente é o gênio literário responsável por criar outra das concepções

O profeta Elias lança seu manto sobre Eliseu, seu sucessor no reino do Norte.

IMAGENS: Getty Images

Amós profetiza diante de seus antigos colegas, os pastores de Tecoa.

mais influentes do monoteísmo, enxergando a aliança entre Deus e seu povo como um casamento humano, no qual Israel desempenha o papel da esposa infiel, e Iahweh, o de marido traído com outros deuses, como Baal.

Na mesma época em que os profetas ativos no reino do Norte sonhavam em acabar com o "adultério" de Israel e Baal, no entanto, uma região no extremo sul da esfera de influência israelita recebia visitantes que deixaram escritos misteriosos – textos que, para alguns estudiosos, mostram que Iahweh não era casado com Israel, simplesmente porque já tinha uma esposa divina.

DEUSA OU SÍMBOLO?

Estamos falando da deusa cananeia Asherah, a mulher de El segundo as narrativas de Ugarit. A situação, no caso do suposto casamento dessa senhora divina com o Senhor, é complicadíssima, controversa e intrigante. Os indícios mais famosos da crença num relacionamento entre os dois vêm de um sítio arqueológico com o nome impronunciável de Kuntillet 'Ajrud, localizado na parte leste do deserto do Sinai. Acredita-se que Kuntillet 'Ajrud era um "caravançará", ou seja, um local onde as caravanas que atravessavam o Sinai faziam um merecido pit stop. O lugar continha várias vasilhas grandes de cerâmica e pedra que, ao que tudo indica, foram ofertadas para um pequeno templo ou santuário do caravançará. Alguns desses vasos contêm as seguintes inscrições: "Abençoo-te por Iahweh de Samaria e sua Asherah" ou "por Iahweh de Temã e sua Asherah".

Há uma briga acadêmica aparentemente interminável em torno do significado da expressão "sua Asherah". Por um lado, de fato, a deusa cananeia é mencionada na Bíblia como uma das divindades estrangeiras com as quais o povo de Israel andava "traindo" o Senhor, mas o mais interessante é que Asherah – ou às vezes asherim, "as asherahs", no plural – normalmente é citada junto com Baal. O Antigo Testamento diz ainda que uma imagem de Asherah teria sido colocada, em dado momento, no interior do próprio Templo de Jerusalém. Outros achados arqueológicos, como uma grande quantidade de estatuetas femininas nas quais o contorno dos seios e do quadril são exagerados ou ressaltados, seriam indicações de que teria havido uma espécie de culto doméstico à fertilidade feminina nos reinos israelitas, no qual Asherah desempenharia o papel principal.

Há alguns problemas consideráveis nessa interpretação dos dados, contudo. Além de ser um nome próprio da deusa, o termo asherah também era um substantivo comum que designava um objeto "cúltico" (ou seja, usado em cerimônias religiosas), uma espécie de poste de madeira ou árvore estilizada que, originalmente, funcionava como símbolo da presença divina. A questão aqui, no fundo, é gramatical, por incrível que pareça. Ocorre que, em hebraico – ao menos no hebraico bíblico que os estudiosos de hoje conhecem – a expressão "sua Asherah" só faz sentido se a palavra for um substantivo comum, e não um nome de pessoa (ou entidade divina). Portanto, o significado real da frase seria "Iahweh e seu poste de madeira", "Iahweh e seu objeto cúltico".

Bizarro, não? Talvez fique um pouco menos esquisito se a gente levar em consideração a tendência da época, presente inclusive em religiões pagãs, de divinizar – tratar como deuses separados – as

ISRAEL E JUDÁ

características, atributos ou partes de um deus. É a ideia de hipóstases, ou manifestações separadas, de uma entidade divina, que às vezes ganham vida própria. No próprio Antigo Testamento, a "Glória do Senhor" ou o "Nome do Senhor" parecem ser tratados de forma semi-independente de vez em quando. Nesse caso, a asherah – com letra minúscula – de Iahweh poderia ser tratada como uma das atribuições do Deus de Israel (sua capacidade de abençoar a fertilidade humana, talvez?), que seria representada pelo poste de madeira com esse nome.

CATÁSTROFE E REFORMA

Os profetas que vociferavam contra a injustiça social e a idolatria do reinado de Jeroboão 2º acabariam vendo suas previsões de julgamento divino se concretizarem duas décadas depois da morte do monarca. Os executores da sentença divina, segundo a perspectiva deles, foram os assírios.

Ao que parece, a partir de 740 a.C., a Assíria entrara numa nova fase de fúria expansionista, e o império mesopotâmico perdera a paciência com seus aliados e vassalos da costa do Mediterrâneo. Em vez de se contentar com uma hegemonia relativamente branda e a cobrança de impostos, os reis assírios do fim do século 8º a.C. decidiram controlar bem mais de perto a economia e a política da Síria e da Palestina, exigindo tributos mais altos e depondo sumariamente qualquer soberano local que ousasse desafiá-los.

Os reis de Israel começaram a articular uma aliança de resistência com outros Estados da região. Mas não tinham a habilidade de Acab, e a Assíria se tornara um império muito mais militarizado, eficiente e impiedoso do que fora no passado. Quando o derradeiro rei do Norte tentou pedir socorro ao Egito, a Assíria resolveu dar um basta definitivo na insolência de Samaria.

O fim do reino de Israel veio em 722 a.C. Os relatos bíblicos dão a entender que toda a população do Norte foi transplantada para a Mesopotâmia, enquanto imigrantes pagãos do Oriente passaram a ocupar a região de Samaria, transformando-se, com o passar dos séculos, nos samaritanos, que viviam brigando com os judeus da época de Jesus.

Os números, porém, não batem – calcula-se que a soma das deportações assírias corresponda, no máximo, a 20% da população original do reino de Israel. Os assírios só teriam se dado ao trabalho de deportar quem valia a pena – a elite (para evitar novas rebeliões), sol-

Jerusalém retratada em imagem do século 19, antes de se modernizar.

Com a destruição do reino de Israel, Judá abriga refugiados e cresce.

dados (como vimos, eles foram incorporados ao exército de Sargão), artesãos qualificados. Os camponeses, por exemplo, ficaram em Israel, o que significa que a maior parte dos samaritanos da época de Cristo provavelmente descendia dos israelitas originais.

Mas tudo indica que muita gente também fugiu rumo ao Sul, para o reino de Judá.

Isso porque, justamente no final do século 8º, Jerusalém tem um crescimento urbano explosivo – calcula-se que a área ocupada por construções cresça cerca de dez vezes, e que a população da cidade aumente 15 vezes no espaço de poucas décadas. A explicação mais provável é que refugiados do reino de Israel tenham conseguido se mudar para lá. Trata-se de um processo que não é um simples inchaço na quantidade de gente: a época de que estamos falando é a primeira na qual o território dominado por Jerusalém apresenta características claras de um Estado próspero e centralizado, com economia complexa, construções monumentais, inscrições etc.

A sobrevivência e a prosperidade de Judá no exato momento em que Israel foi devastada não são casuais. O que acontece é que, enquanto os soberanos do Norte tentavam resistir aos assírios e, ao que parece, até tentaram incluir

IMAGEM: Getty Images

ISRAEL E JUDÁ

Judá à força na sua coalizão rebelde, os reis judaítas resolveram jurar fidelidade ao império – e foram recompensados por isso. Como bons vassalos, os moradores de Judá foram integrados à densa rede de comércio internacional explorada pela Assíria.

Em tempos de guerra e transformação social, porém, não são só as pessoas que migram – as ideias também viajam junto com elas. A Bíblia que temos hoje é basicamente um produto "made in Judá", mas ela está repleta de temas e ideias que estão profundamente ligados ao reino do Norte – ou, para ser mais exato, ao grupo radical e minoritário do reino do Norte que defendia a adoração "monogâmica" de Iahweh.

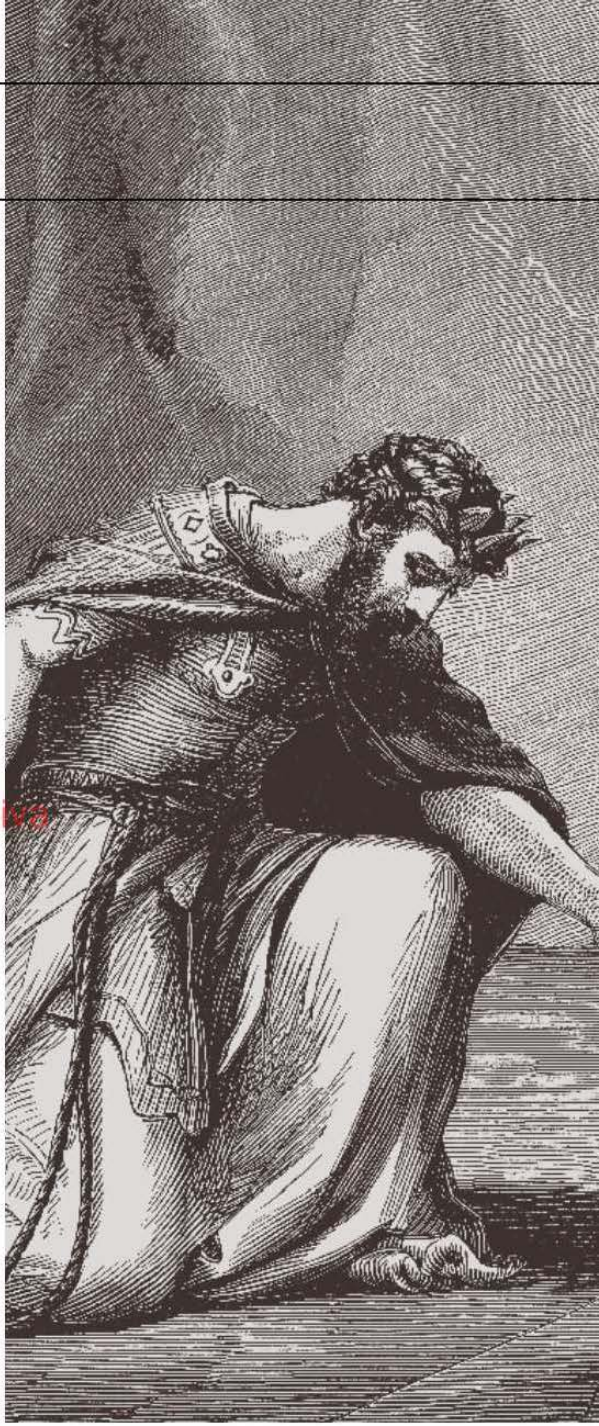
Os primeiros sinais disso provavelmente podem ser atribuídos ao reinado de Ezequias (de 715 a.C. a 686 a.C.). É com esse rei que a crença de que o Templo de Jerusalém era o único local aceitável para o culto ao Senhor parece ganhar força, e há indícios de que ele teria destruído, ou ao menos aposentado, templos javistas fora da capital de Judá. O governo de Ezequias também foi o palco de uma rica atividade profética, tendo como principal expoente o célebre Isaías.

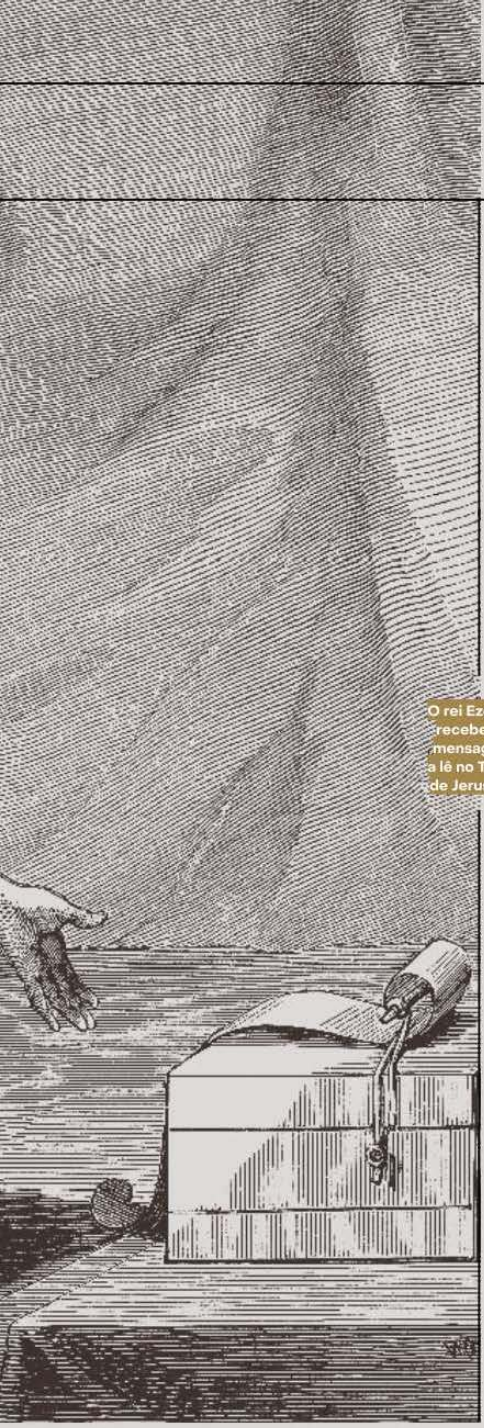
O projeto de Ezequias parece ter sido tanto religioso quanto político. O rei de Judá aguardou o momento oportuno – uma fase de relativa fraqueza assíria – para se rebelar, junto com outras monarcas da região. Péssima ideia: o exército assírio arrasou a zona rural judaíta e várias cidades importantes do reino. Jerusalém, porém, escapou da destruição após o pagamento de pesados tributos.

Nas gerações seguintes, os herdeiros de Ezequias fariam de tudo para não seguir os passos do rei, mantendo relações cordiais com seus senhores assírios e, ao que parece, retomando o politeísmo à moda antiga no Templo de Jerusalém. O ímpeto reformista, no entanto, voltaria com tudo com a chegada ao trono de Josias, bisneto de Ezequias, que reinou de 640 a.C. a 609 a.C.

Josias começou sua carreira como um rei-menino

Apesar de suas reformas, Josias não consegue impedir o fim de Judá.





O rei Ezequias recebe uma mensagem e a lê no Templo de Jerusalém.

de apenas 8 anos de idade. Após governar Judá por 18 anos, Josias recebeu de um de seus escribas uma notícia intrigante: um antigo rolo de papiro com os ensinamentos da Torá, a lei divina, dados por Deus a Moisés, tinha sido descoberto nos recintos do Templo de Jerusalém.

A descoberta levaria Josias a implementar um vasto programa de reformas religiosas, abolindo toda forma de idolatria e de culto a qualquer deus que não fosse Iahweh e centralizando definitivamente o culto ao Senhor no templo da capital.

As reformas adotadas pelo rei têm inúmeras semelhanças com os principais pontos do livro bíblico do Deuteronômio, o qual afirma ser uma coletânea dos últimos discursos pronunciados por Moisés antes da morte do profeta. Por isso, a maioria dos estudiosos atuais propõe que o rolo de pergaminho achado no templo era uma espécie de "primeira edição" ou versão 1.0 do Deuteronômio.

Isso significa que, de alguma forma, um texto escrito pelo próprio Moisés ficou perdido por séculos, até ser redescoberto pela corte de Josias? Muito provavelmente não, porque o texto do Deuteronômio parece ser um documento profundamente influenciado pelos javistas radicais que andavam circulando por Judá a partir do século 8º a.C. Pode ser que se trate de um documento da época de Ezequias, o bisavô do soberano. O indício mais curioso da origem relativamente recente do texto é a existência de vários paralelos entre o Deuteronômio e os tratados de vassalagem assírios — ou seja, os documentos oficiais do império que serviam para que um rei dominado pela Assíria jurasse fidelidade a figuras como o poderoso Sargão e seus sucessores.

Mas o que é realmente interessante não é essa semelhança, mas sim o que o autor fez com o modelo literário que herdou. Isso porque o Deuteronômio inverte totalmente a lógica imperial. Em vez de um rei-fantoche jurando fidelidade a um rei todo-poderoso, o que temos é um povo, como um todo, jurando fidelidade a Deus – algo que não tem precedentes claros no mundo antigo. As leis codificadas pelo Deuteronômio também representam uma reforma social e econômica de consequências amplas, garantindo os direitos das viúvas, dos estrangeiros e dos órfãos, impedindo a formação de latifúndios e incentivando a alforria dos escravos de origem israelita após seis anos de serviço. Talvez o mais surpreendente, porém, seja o fato de que o texto explicita que o rei também está sujeito a essas leis, como qualquer outro israelita, e estabelece limites (vagos, é verdade) para a quantidade de esposas e riquezas que o monarca deve ter.

De novo, aqui, a visão da natureza de Deus não é facilmente distinguível do projeto político e social. Josias colocou suas reformas em prática num momento em que parecia possível dar um novo rumo ao reino de Judá, porque o poderio assírio estava entrando em declínio e, desta vez, para valer — o império acabaria sendo destruído pelos babilônios em 605 a.C.

É impossível saber o que aconteceria se Josias tivesse conseguido levar avante seu projeto até o fim. Em 609 a.C., ele foi morto num confronto com os exércitos do Egito, aliados dos assírios. A crença de que Iahweh protegeria Jerusalém para sempre estava para ser duramente testada.

IMAGEM: Getty Images

QUEM ESCREVEU A BÍBLIA

Exilados na Babilônia, os israelitas editaram seu passado e fizeram de Iahweh o senhor da história humana.

DEUS NASCEU DAS CINZAS da catástrofe. O evento que definiria a personalidade, as funções e a abrangência cósmica do Deus único pelos milênios seguintes foi a destruição de Jerusalém e das demais cidades de Judá. Paradoxalmente, um povo sem Estado e sem autonomia política passaria a conceber sua divindade como o imperador inconteste do Universo.

Com o fim do poderio assírio, outra potência da Mesopotâmia ambicionava controlar o Oriente Próximo. Estamos falando da Babilônia, comandada pelo rei Nabucodonosor. Os babilônios, naturalmente, queriam tomar para si o controle das províncias e dos reinos vassalos da Assíria na costa do Mediterrâneo, um pacote que incluía Judá. Ao mesmo tempo, porém, os faraós do Egito, que haviam apoiado os assírios até o último instante, tinham voltado a enxergar Canaã como seu quintal natural. Resultado: os herdeiros de Josias se viram presos entre duas superpotências.

Primeiro, em 597 a.C., Nabucodonosor se contentou em depor o jovem rei Joaquin, deportar para a Babilônia cerca de 10 mil membros da elite judaíta e colocar no trono de Jerusalém um monarca-fantoche, Sedecias, tio do rei destronado. Mesmo assim, Sedecias se rebelou e, após um ano e meio de cerco, as forças da Babilônia tomaram a cidade e a destruíram completamente, incluindo o Templo de Iahweh, em 587 a.C. Seguiu-se uma nova deportação. A Cidade Santa tinha sido esvaziada de seus habitantes, embora a maior parte da população pobre de Judá provavelmente tenha ficado em sua terra.

É muito difícil saber com precisão como os diferentes grupos da elite de Judá que sobreviveram à destruição de Jerusalém e foram levados como prisioneiros para a Mesopotâmia reagiram à catástrofe. Parece que o movimento "deuteronomista", ou seja, o grupo ligado às reformas de Josias, defendia a submissão aos babilônios antes da destruição do reino, como forma de evitar o pior da ira de Nabucodonosor. De fato, essa é a posição básica do livro do profeta Jeremias. Por outro lado, é possível que os membros da elite favoráveis a uma rebelião contra a Babilônia fossem também os que mantinham uma posição mais próxima da religião israelita tradicional, ainda politeísta.

Ora, se esse quadro básico estiver correto, pense no que acontece quando Jerusalém cai. A reação natural do "partido reformista" seria atribuir a derrota às tendências pagãs de seus opositores. Os membros da elite que continuavam apegados à tradição de Josias e dos profetas tinham toda a motivação para tentar corrigir o que, do ponto de vista deles, havia dado errado na aliança entre o povo de Israel e Judá, de um lado, e Iahweh, do outro. Um ponto parecia estar claro: chega de cultuar qualquer outra divindade que não o Senhor, e quem sabe as coisas comecem a entrar nos eixos daqui para a frente, raciocinavam eles.

Temos bons motivos para acreditar que o modelo tradicional da crença em Iahweh, que fazia dele "apenas" o deus nacional de Israel e Judá, provavelmente não funcionava mais na era sanguinolenta inaugurada pelas destruições e deportações em Samaria e Jerusalém. Do ponto de vista dos pequenos Estados da Palestina, a era das nações tinha acabado – agora, eles estavam tentando sobreviver na era dos impérios. Se você ainda acreditava no poder e justiça das ações de Iahweh, isso significava que o Senhor, em vez de se preocupar apenas com Israel e Judá, na verdade tinha mais atribuições internacionais do que o secretário-geral da ONU. Afinal, quem trouxera os assírios e os babilônios dos confins do Oriente? Quem poderia derrubar esses mesmos impérios, senão o Senhor?

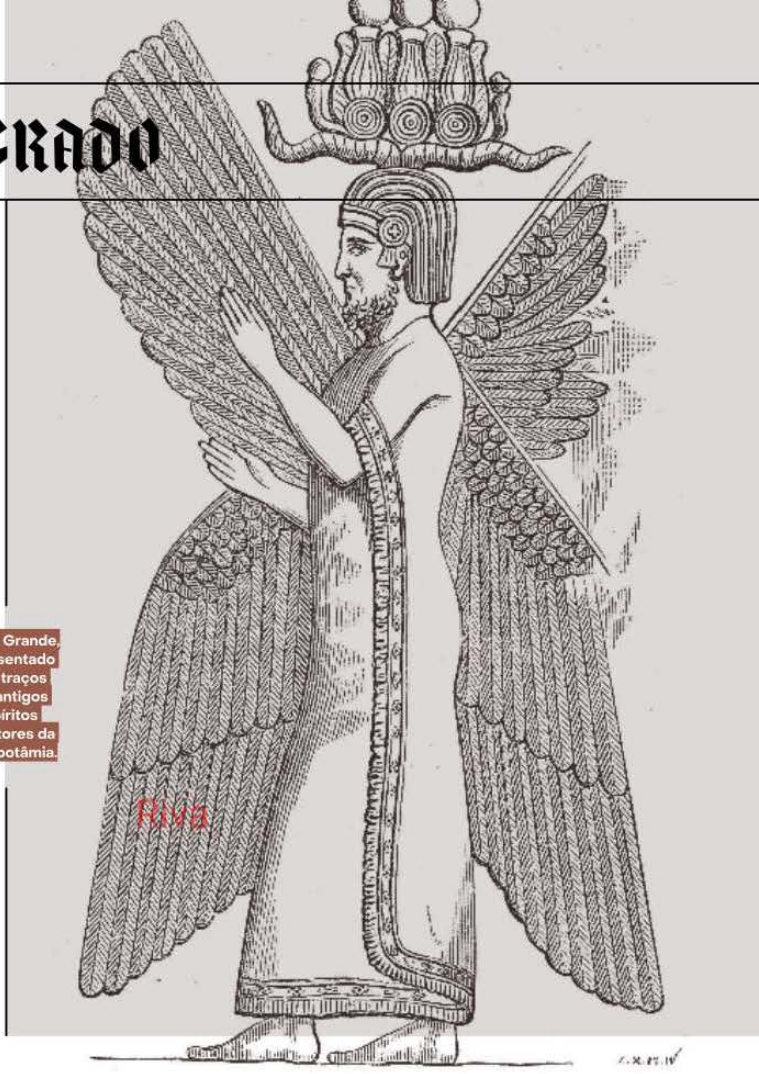
A religião israelita tinha de se adaptar à pressão predatória imperial, ou então desapareceria. A destruição dos reinos de Judá e Israel, segundo essa perspectiva, não era uma prova da impotência de Iahweh e da superioridade dos deuses da Mesopotâmia, mas uma evidência claríssima de seu poder ilimitado.

Diante do desafio trazido pelos grandes impérios, Deus passa a se preocupar com o mundo inteiro.

Riva

IMAGEM: Getty Images

O LIVRO SAGRADO



Ciro, o Grande, representado com traços dos antigos espíritos protetores da Mesopotâmia.

ISAÍAS 2.0

Em resumo, essa é a mensagem do misterioso poeta conhecido pelos estudiosos modernos como Deutero-Isaías, ou Segundo Isaías, cujos oráculos começam no capítulo 40 do livro bíblico de Isaías (é lógico). A tradição judaica e cristã costumava atribuir todos os textos proféticos desse livro ao chamado Isaías de Jerusalém, o contemporâneo do rei Ezequias que viveu no século 8º a.C., mas o consenso entre os estudiosos modernos é que, a partir do capítulo 40, a reviravolta literária e cultural do livro é tão grande que não dá para imaginar que o resto da obra provém da mesma pena (ou da mesma boca) que compôs os capítulos anteriores.

A atribuição de uma identidade separada ao Deutero-Isaías deriva, entre outros fatores, da mudança abrupta de cenário – basta começar o capítulo 40 para não haver mais menção alguma ao nome de Isaías, que aparecia com alguma frequência nas partes anteriores do livro – e às consideráveis modificações de estilo, vocabulário e ideias.

Nessa altura do campeonato, a Babilônia não é mais aquela. Uma sucessão de reis fracos ou politicamente inábeis acabara enfraquecendo a hegemonia babilônica no Crescente Fértil, e uma nova potência em ascensão, a Pérsia (centrada no atual Irã), liderada pelo rei Ciro, o Grande, tinha começado a devorar pelas beiradas a zona dominada pelos mesopotâmicos. O interessante é que Ciro é uma figura importantíssima nas profecias do Segundo Isaías.

No novo javismo internacionalizado, é como se o monarca da Pérsia tomasse o lugar dos antigos reis da dinastia de David. É difícil segurar a vontade de especular aqui: será que o profeta decidiu louvar o rei persa como uma estratégia para estimular os exilados de Judá a solaparem o poder babilônico, que já estava bambeando? Ou será que a ideia de profetizar em honra do soberano veio quando Ciro finalmente conquistou a Babilônia praticamente sem luta,

Com o fim da dinastia de David, os reis da Pérsia passam a ser vistos como Messias.

IMAGENS: divulgação, Getty Images

no final de outubro de 539 a.C.? Seja como for, o rei persa era o arquétipo do vencedor politicamente habilidoso, que faz de tudo para trazer para o seu lado as elites das regiões conquistadas, em especial por mostrar o maior respeito possível pela religião de seus novos súditos. Talvez interessado em garantir que as fronteiras ocidentais de seu império fossem ocupadas por um grupo com lealdade acima de qualquer suspeita, o rei persa também autorizou o retorno de ao menos parte dos exilados de Judá para Jerusalém, bem como a reconstrução do templo.

Para o Segundo Isaías, essa reviravolta quase milagrosa era a prova de que o Senhor era o único e verdadeiro Deus. E esse vidente proclama ainda a ideia de que, de alguma forma milagrosa, o futuro glorioso incluirá o reconhecimento por parte dos pagãos de que Iahweh é o único Deus. As nações e suas riquezas fluirão para Jerusalém e seu templo gloriosamente reconstruído, toda forma de guerra será abolida e até a natureza passará por uma metamorfose radical, na qual a violência deixará de existir.

Os exilados devem ter carregado para a Babilônia uma variedade considerável de documentos sobre o passado israelita, incluindo lendas sobre a origem dos reinos e de suas dinastias, histórias sobre os patriarcas, oráculos de profetas e o célebre "livro da Torá" de Josias. Se a ideia era dar início a um projeto de reconstrução nacional com base na fé em Iahweh, o desafio era tentar conferir algum tipo de perspectiva unificada a essa diversidade de memórias históricas, lendárias e mitológicas.

Nos textos do Segundo Isaías, o monoteísmo propriamente dito enfim aparece na Bíblia.

O Antigo Testamento conseguiu a façanha de produzir essa perspectiva, ou ao menos uma ilusão dela, de um jeito que parece estranho para a nossa sensibilidade literária e lógica de hoje, mas que faz muito sentido no contexto do mundo antigo. A ideia central é: tradição não se joga fora – ao menos não totalmente. Em vez de serem editadas para conseguir uma consistência interna completa, as tradições aparentemente conflitantes muitas vezes são justapostas, lado a lado, porque várias delas são "canônicas", ou seja, possuem autoridade moral e religiosa mais ou menos equivalente para quem está editando o texto final.

Esta talvez seja uma boa hora para contar, em linhas gerais, como a estrutura do Antigo Testamento começou a se delinear para valer no exílio babilônico e no período que o seguiu. Apesar de ter recebido muitos ataques, a chamada hipótese documentária ainda é a maneira mais aceita de explicar a composição do Pentateuco ou Torá, o conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio). Em resumo, estamos falando de uma sopa de letrinhas: J, E, P e D, que correspondem a diferentes fontes literárias (provavelmente escritas, mas talvez incluindo também elementos significativos de tradição oral), as quais teriam sido fundidas e editadas para dar origem ao Pentateuco que conhecemos.

Os textos da fonte J parecem destacar com frequência a geo-

Explicando as letras do Pentateuco

A FONTE LITERÁRIA designada pela letra J corresponde a textos que usam preferencialmente a palavra hebraica "Yahweh" para se referir a Deus – ocorre que a forma clássica dessa hipótese é obra do erudito alemão Julius Wellhausen (1844–1918), e em alemão o J tem som de Y, como talvez você saiba, o que explica a letrinha adotada. Pelo mesmo motivo, a fonte sacerdotal é designada com o P, de Priester, ou sacerdote em alemão.

O LIVRO SAGRADO

O processo de edição transformou o Deus do Antigo Testamento num ser complexo.

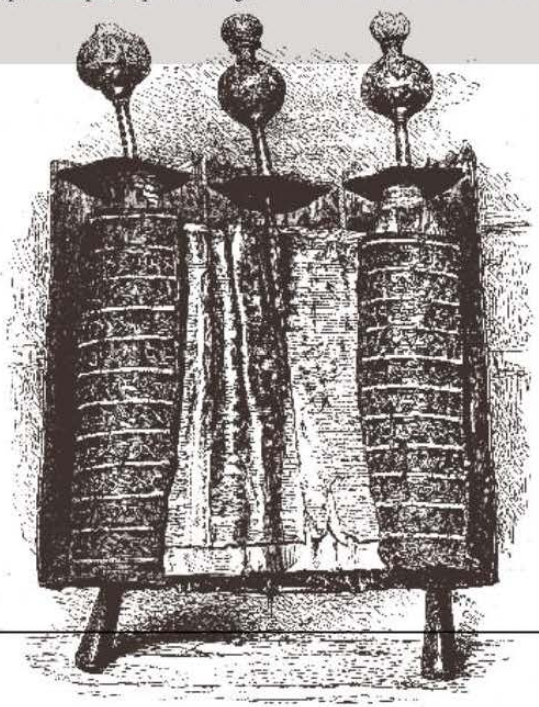
grafia e as tradições lendárias e históricas ligadas ao território do reino de Judá. Seu estilo é vívido, concreto e direto, muito pouco teológico. Sua perspectiva parece ser anterior ao exílio. Uma ambientação na corte do rei Ezequias de Judá talvez não seja um mau chute a respeito das origens de J.

Se J tem todos os sinais de um documento que retrata a perspectiva judaíta de Deus e da história israelita, a fonte E é considerada uma espécie de porta-voz dos javistas do reino do Norte, escrevendo lá pelo século 8º a.C. A letra E vem de "Elohim", uma palavra hebraica curiosa: embora gramaticalmente se trate de um plural – com o significado de "deuses", portanto – os verbos que a acompanham normalmente têm a forma masculina singular. "Elohim", dessa forma, é um termo genérico para designar Deus. A fonte E parece ter uma visão um pouco mais elevada da figura divina do que J – em geral, nos textos desse documento, Deus prefere interagir com a humanidade por meio de profetas ou mensagens enviadas em sonho.

A preferência pelo termo "Elohim" como forma de designar Deus é um dos pontos em comum entre E e a fonte P. A principal pista de que esses textos são obra de um ou vários membros da casta sacerdotal israelita é a paixão que eles demonstram pelos detalhes dos rituais religiosos. São preocupações, no fundo, muito próximas da religião do cotidiano, mas ao mesmo tempo os textos de P também são capazes de passar uma imagem bastante abstrata e quase impessoal do Senhor. A primeira narrativa da criação do mundo, por exemplo, na qual Deus faz tudo aparecer simplesmente com sua palavra, no capítulo 1 do Gênesis, normalmente é atribuída a P.

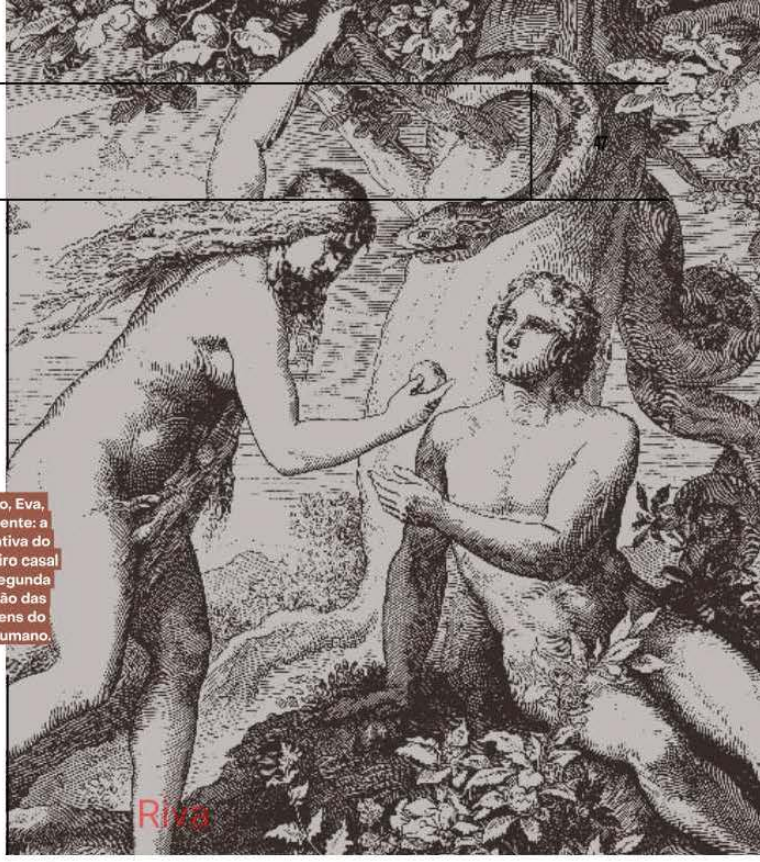
Já nos encontramos com a fonte D antes, quando falamos de Josias. Tudo indica, porém, que a perspectiva de D não se limita a influenciar apenas o Deuteronômio. A coleção de livros "históricos" que vem logo depois do Pentateuco – ou seja, os livros de Josué, Juízes, Samuel (partes 1 e 2 na Bíblia cristã) e Reis (também com partes 1 e 2) –, também é conhecida como História Deuteronomista. Isso não significa que o autor do Deuteronômio tenha escrito essas obras do zero; é muito provável que tenha usado uma série de materiais escritos (e orais) mais antigos para compô-las. Mas, trabalhando como editor, o "historiador deuteronomista" foi responsável por dar o tom desses livros e, principalmente, por deixar clara a moral da história. Ou seja: os israelitas deviam colocar a fidelidade a Iahweh acima de tudo.

O resultado da combinação dessa variedade de perspectivas num único texto bíblico é um conjunto inevitavelmente complexo. O Deus do Antigo Testamento é uma entidade complicada, cheia de nuances: às vezes colérico, outras tantas misericordioso e mesmo amoroso; às vezes muito próximo dos seres humanos com quem interage, às vezes transcendente e distante.



Tradicional rolo de textos sagrados judaicos contendo o Pentateuco, ou Torá.

Riva



Adão, Eva, serpente: a narrativa do primeiro casal é a segunda versão das origens do ser humano.

Riva

CONSEQUÊNCIAS DO MONOTEÍSMO

Por outro lado, a forma clássica do monoteísmo israelita simplifica absurdamente o quadro que predominava nas crenças dos demais povos antigos. Deus é a única força sobrenatural que realmente conta. É verdade que ele possui seu exército de anjos, figuras provavelmente derivadas do conselho de divindades de terceiro escalão que serviam a El no panteão cananeu, mas esses mensageiros celestiais estão totalmente subordinados ao Senhor e, em geral, nem nome próprio possuem. O mal que existe no mundo não tem relação nenhuma com entidades divinas: ele deriva puramente das escolhas erradas do ser humano, conforme ensina a segunda narrativa da criação no Gênesis – aquela famosíssima, na qual Adão e Eva comem do fruto proibido por instigação da serpente. (Leia essa narrativa com atenção quando tiver tempo, aliás: não há indicação nenhuma de que a tal serpente seja o Diabo – ela não passa de um animal falante, originalmente.) É justamente por isso que o Antigo Testamento coloca uma ênfase tão grande nas consequências das escolhas éticas humanas. Em última instância, para os autores da Bíblia hebraica, são elas que determinam a natureza do Cosmos.

Do nosso ponto de vista, entender o interesse do Deus único de Israel por esse tema não é muito difícil porque, afinal de contas, nós estamos mergulhados hoje numa cultura que incorporou os ideais judaicos (e cristãos) do certo e do errado. Em outras palavras, "não prestarás falso testemunho" e "não cometerás adultério" parecem regras relativamente lógicas, por mais que muita gente minta e outras tantas não resistam a arrastar a asa para a mulher do próximo. Mas a Torá também está cheia de exigências rituais que podem nos parecer despropositadas, como a necessidade de se purificar depois de uma relação sexual, do nascimento de um bebê ou de se curar de uma doença de pele. O que essas regrinhas aparentemente arbitrárias têm a ver com a natureza soberana do Deus único? Talvez muita coisa. A análise detalhada das leis de pureza ritual da Bíblia (em geral, presentes na fonte P) sugere que elas existem para demarcar da forma mais clara possível a diferença entre o todo-poderoso e transcendente Iahweh e a natureza humana mortal. Para ser mais exato, tudo o que remete à mortalidade ou à procriação não pode entrar em contato com a esfera divina, uma vez que Deus é, por definição, imortal – aliás, eterno – e não se engaja em atos reprodutivos de nenhuma natureza.

À ESPERA DO APOCALIPSE

Até onde sabemos, a longa fase da dominação persa foi um período de relativa calmaria e consolidação para a comunidade dos adoradores de Iahweh. De 535 a.C., quando foram lançadas as fundações do Segundo Templo de Jerusalém, até 330 a.C., quando o Império Persa chegou ao fim depois de mais de dois séculos de hegemonia no Oriente Médio, os herdeiros do antigo reino de Judá puderam seguir seus costumes monoteístas em paz, apesar das disputas ocasionais com os moradores de Samaria, que também

IMAGENS: Getty Images

seguiam a Iahweh e se consideravam os legítimos herdeiros da tradição israelita.

A situação começa a mudar quando o rei macedônio Alexandre, o Grande, conquista todos os domínios que pertenciam aos monarcas persas, incluindo a antiga terra de Israel, mas também regiões em que havia uma significativa minoria judaica, como a Babilônia e o Egito. Durante muito tempo, Alexandre e seus sucessores não parecem ter tido motivos para interferir nos hábitos religiosos peculiares de seus súditos judeus. Dois fenômenos, no entanto, acabaram intensificando o potencial de conflito entre a comunidade israelita, agora liderada pelos sumos sacerdotes de Jerusalém (a dinastia de David desaparecera como força política), e seus novos senhores de língua grega. O primeiro é o fato de que Alexandre tinha como meta não apenas implantar seu domínio político como também helenizar seu novo império, ou seja, espalhar pelo Oriente Médio a cultura grega, em todos os seus aspectos.

O exemplo mais óbvio de tal influência é o fato de que o Tanakh acabou sendo traduzido para o grego, muito provavelmente por volta do ano 200 a.C., na cidade egípcia de Alexandria, para que israelitas que não sabiam mais hebraico pudessem ter acesso às Escrituras. De repente, Iahweh também falava grego. E não apenas em tradução, porque a tradução do Antigo Testamento é apenas a ponta do iceberg: começa a surgir aí uma considerável literatura religiosa judaica escrita diretamente em grego, e as ideias teológicas de filósofos da Grécia, como Platão, passam a influenciar pensadores judeus.

O segundo fenômeno, por outro lado, é o que tem impacto mais decisivo no curto prazo. Alexandre não deixou filhos adultos que pudessem assumir seu trono, o que significa que, poucos anos depois da morte do conquistador, o gigantesco império macedônico acabou sendo fatiado, e cada um dos principais generais do rei morto abocanhou um pedaço dos despojos. Ocorre que a Palestina se localizava bem na fronteira entre os domínios da dinastia dos Ptolomeus, senhores do Egito, e a dos selêucidas, que tinham se apossado da Síria e da Mesopotâmia. O território dominado por Jerusalém não passava, no fundo, de uma estreita faixa estratégica de terra que podia ser atravessada por grandes exércitos.

A grande pergunta que deve ter passado pela cabeça da elite judaica nesse período deve ter sido: "O que diabos a gente faz para sobreviver?". Em meio a tanta insegurança, seria razoável que ao menos algumas facções judaicas decidissem que o jeito era aderir com mais entusiasmo ao projeto de helenização. E parece que foi isso o que começou a acontecer, também em torno de 200 a.C. Há até relatos de judeus que passaram a se submeter a uma cirurgia estética das mais dolorosas, que repuxava a pele do pênis de modo a disfarçar a retirada do prepúcio, característica da circuncisão judaica. O motivo: esses judeus queriam se exercitar nus em ginásios públicos, conforme a tradição grega, mas desejavam disfarçar o fato de que tinham sido circuncidados.

A situação se tornou explosiva a partir de 167 a.C., quando a Judeia estava sob o domínio do monarca selêucida Antíoco 4º Epífanes. Por motivos que não estão exatamente claros – talvez para punir judeus rebeldes, talvez para consolidar o controle político e social sobre seu

Alexandre, o Grande, espalhou a cultura grega pelo Oriente, o que trouxe novos dilemas.

Riva

IMAGEM: Getty Images

Os textos apocalípticos que surgem na época são uma resposta à perseguição religiosa.

reino – Antíoco decidiu desencadear um processo de helenização forçada, proibindo os costumes religiosos judaicos e transformando o Templo de Jerusalém num santuário dedicado ao deus grego Zeus. Os resultados foram desastrosos para o rei: uma rebelião liderada pela família dos Asmoneus ou Macabeus, membros da casta sacerdotal judaica, acabaria transformando a Judeia num reino independente, após décadas de lutas de guerrilha. No fim das contas, os Asmoneus conseguiram assumir tanto a função de sumo sacerdotes quanto o título de reis – os primeiros monarcas independentes da nação desde a destruição de Jerusalém pelos babilônios.

Se houve alguma sensação de triunfo pela vitória dos guerreiros rebeldes e pela nova independência política dos judeus em sua terra, ela provavelmente foi por água abaixo bastante rápido. As décadas de luta desesperada contra Antíoco e seus sucessores, bem como os desmandos da dinastia dos Asmoneus (que não se revelaram muito mais bonzinhos com a população judaica do que os monarcas de origem grega, no fim das contas), acabariam forjando novas concepções sobre a natureza do Senhor e de sua relação com o povo de Israel e com o Cosmos. Estamos falando do nascimento da literatura apocalíptica, cujo principal expoente na Bíblia hebraica é o Livro de Daniel, escrito durante o reinado de Antíoco Epífanes, segundo a maioria dos estudiosos.

No cenário traçado por esses livros, o mundo está temporariamente dominado por potências demoníacas que se opõem a Deus e oprimem o povo de Israel, fazendo com que tiranos estrangeiros submetam os seguidores do Senhor a todo tipo de suplício – espelhando, portanto, as perseguições que aconteceram durante o reinado de Antíoco. Mas é preciso ter esperança, prega o autor de Daniel (e os autores de outros livros desse gênero): Deus está prestes a intervir. Por meio de intermediários, como anjos poderosos e guerreiros, o Senhor desencadeará uma última grande batalha na qual os inimigos de Israel serão derrotados, os pagãos opressores terão seu justo castigo, os que morreram guardando a verdadeira fé ressuscitarão e viverão para sempre num mundo no qual o mal não existe mais.

Com o passar das décadas, a dinastia dos Asmoneus, dilacerada por disputas entre herdeiros do trono, foi tirada do poder por uma aliança entre o Império Romano e o aristocrata judeu Herodes, que se tornou rei em 37 a.C. Sim, é o mesmo Herodes que a Bíblia acusa de matar criancinhas indiscriminadamente e, embora esse crime específico provavelmente não tenha acontecido de verdade, a fama de psicopata é plenamente justificada (ele ordenou a morte de dois de seus filhos e de uma de suas esposas, entre outros atos de infâmia). Na prática, a terra de Israel tinha virado quintal de Roma. Foi no olho desse furacão, nos últimos anos do reinado de Herodes, que nasceu um certo Jesus de Nazaré. É hora de ele entrar em cena.

JESUS

VIDA E OBRA DE UM PROFETA CAMPONÊS

Riva

Por que Jesus muito provavelmente existiu e qual era o conteúdo de sua mensagem apocalíptica.

A IDENTIFICAÇÃO ENTRE a figura do Deus absoluto e transcendente e o profeta camponês Jesus de Nazaré, é a maior reviravolta da história religiosa do Ocidente. A ideia chocante de um salvador crucificado é, para praticamente todos os historiadores sérios, aterradora demais para ter sido inventada do nada. Isso significa que, por trás dela, houve um homem de carne e osso executado sumariamente em Jerusalém lá pelo ano 30 d.C.

Não existem evidências arqueológicas diretas que comprovem a existência de Jesus, mas isso não é um problema tão grande quanto pode parecer porque, como membro das classes mais baixas da Antiguidade, ele dificilmente teria deixado para trás bens não perecíveis. O exame das fontes literárias – ou seja, dos textos antigos – é suficiente para demonstrar a alta probabilidade de que ele tenha existido mesmo.

Fora do Novo Testamento bíblico, esses textos são escassos – Jesus quase não é mencionado em fontes literárias não cristãs no primeiro século após sua morte. Note, porém, que "quase" não é a mesma coisa que "nunca". Examinemos essas fontes com calma – primeiro as judaicas, depois as pagãs.

O mais correto, aliás, é dizer "a judaica", no singular, porque o único historiador judeu que estava na ativa durante o século 1º d.C. no território da Terra Santa é um membro da aristocracia de Jerusalém chamado Flávio Josefo (37 d.C.–100 d.C.). Ainda jovem, ele se tornou um dos generais da rebelião dos judeus contra Roma. Derrotado, fez as pazes com os romanos e escreveu livros como A Guerra dos Judeus e Antiguidades Judaicas.

Josefo mencionou Jesus de Nazaré ao menos uma vez, de acordo com quase todos os estudiosos do tema. Em dado momento de sua narrativa, Josefo relata a chegada ao poder do sumo sacerdote Hananias, o Jovem. Hananias aproveitou sua ascensão, e o fato de que Roma estava trocando o governador da província da Judeia, para atacar alguns de seus desafetos políticos impunemente.

"Sendo portanto esse tipo de pessoa, Hananias, pensando ter uma oportunidade favorável, pois que Festo havia morrido e Albino ainda estava a caminho [Festo era o antigo governador romano, que seria substituído por Albino], convocou uma assembleia de juízes e colocou diante dela o irmão de Jesus, o chamado Cristo, de nome Tiago. Acusou-os de terem transgredido a lei e os entregou para serem apedrejados", escreve Josefo.

A outra possível menção a Jesus em Antiguidades Judaicas é potencialmente muito mais interessante – mas também muito mais problemática. O texto que chegou até nós nos manuscritos gregos de Josefo diz o seguinte, sem tirar nem pôr (com alguns detalhes esquisitos destacados em negrito, para começar a dar algumas pistas sobre onde está a polêmica):

"Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio – **se na verdade se pode chamá-lo de homem**. Pois ele foi o autor de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele ganhou seguidores tanto entre muitos judeus quanto entre muitos de origem grega. **Ele era o Cristo**. E quando Pilatos, por causa de uma acusação feita por nossos homens mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que o haviam amado antes não deixaram de amá-lo. **Pois ele lhes apareceu no terceiro dia, novamente vivo, exatamente como os profetas divinos haviam falado deste e de incontáveis outros fatos assombrosos sobre ele.** E até hoje a tribo dos cristãos, que deve esse nome a ele, não desapareceu."

Acho que deu para perceber onde estão os problemas da passagem. Josefo nasceu, viveu e morreu como judeu. Não há nenhuma notícia de que tenha se convertido à fé em Jesus. Não faz sentido ele afirmar que o Nazareno "era o Cristo" (ou seja, era o Messias; a palavra "Cristo" nada mais é que a tradução grega do

Apesar de adulterações, textos judaicos e pagãos atestam existência de Cristo.

Riva

IMAGEM: Getty Images

termo hebraico "Messias", que significa "Ungido"). E seria maluquice ainda maior achar que Josefo acreditava na ressurreição de Jesus de Nazaré. Conclusão: a passagem como a temos hoje quase certamente foi manipulada por copistas cristãos.

Seria simples a coisa se ficássemos só nisso, mas a maioria dos estudiosos hoje afirma que a manipulação foi tão tosca que conseguimos ver qual era mais ou menos o conteúdo original do texto. E se o parágrafo escrito pelo próprio Josefo fosse o seguinte?

"Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio. Pois ele foi o autor de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele ganhou seguidores tanto entre muito judeus quanto entre muitos de origem grega. E quando Pilatos, por causa de uma acusação feita por nossos homens mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que o haviam amado antes não deixaram de amá-lo. E até hoje a tribo dos cristãos, que deve esse nome a ele, não desapareceu."

Repare que os trechos cortados nessa reconstrução não apenas são os que exaltam Jesus. São também os únicos que quebram o fluxo da narrativa para inserir apartes explicativos que destoam do resto do texto.

Sintetizando toda essa discussão meio bizantina: o mais provável é que Josefo não só sabia da existência de Jesus de Nazaré como também dispunha de um pequeno e precioso conjunto de informações que também aparecem nas fontes cristãs: o Nazareno tinha sido um mestre que realizava feitos impressionantes, atraíra seguidores, fora denunciado pela elite judaica a Pilatos e condenado a morrer na cruz.

Curiosamente, são mais ou menos os mesmos dados que aparecem numa passagem dos Anais, escritos pelo historiador romano Tácito (56 d.C.–118 d.C.). O contexto, porém, é bem diferente, já que a menção a Jesus vem quando Tácito está abordando o reinado do imperador Nero – aquele que teria colocado fogo em Roma de propósito no ano 64 da Era Cristã. A suposta culpa no cartório de Nero teria caído na boca do povo, e o imperador resolveu desviar a atenção de si mesmo culpando uma minoria perseguida. Nesse texto, Tácito também fala da execução de Jesus a mando de Pilatos (veja quadro).

Essas duas menções são só o que temos sobre Jesus em fontes literárias não cristãs produzidas menos de um século após a morte do Nazareno. Trata-se, de fato, do proverbial "blip" na tela do radar – insignificante, de fato, mas não inexistente.

No primeiro século após sua morte, Jesus era insignificante para os não cristãos.

Tácito fala sobre os cristãos e Jesus

"ASSIM, PARA FAZER calar o rumor [de que teria sido o mandante do incêndio], Nero criou bodes expiatórios e submeteu às torturas mais refinadas aqueles que o povo chamava de cristãos, um grupo odiado por seus crimes abomináveis. Seu nome deriva de Cristo, que, durante o reinado de Tibério [um imperador romano anterior], tinha sido executado pelo procurador Pôncio Pilatos. Sufocada por um tempo, a superstição mortal irrompeu novamente, não apenas na Judeia, terra onde se originou esse mal, mas também na cidade de Roma, onde todos os tipos de práticas horrendas e infames de todas as partes do mundo se concentram e são fervorosamente cultivadas", escreveu Tácito.

Não haveria motivo para os cristãos inventarem a crucificação, já que era uma morte vergonhosa.

CRITÉRIOS E FONTES

Vamos partir do princípio, portanto, de que Jesus existiu. Dá para imaginar critérios razoavelmente objetivos que nos ajudem a estabelecer quem ele foi e o que fez e disse?

Nas últimas décadas, os historiadores têm trabalhado com um conjunto pequeno e bem azeitado de métodos para estudar o "Jesus histórico", como eles dizem – ou seja, o Jesus cuja carreira pode ser reconstruída usando apenas a leitura cuidadosa e cética de textos antigos, sem levar em conta a fé. E talvez o mais importante seja o chamado "critério do constrangimento".

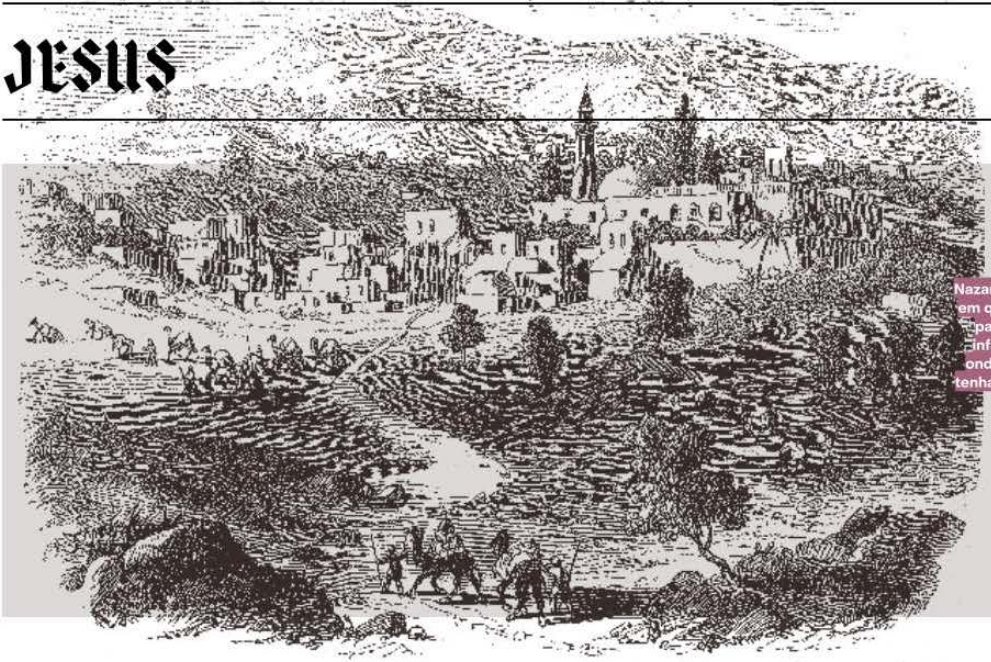
Trata-se, no fundo, de puro bom senso: ninguém gosta de registrar para a posteridade um fato constrangedor ou vergonhoso sobre si mesmo ou sobre alguém que admira, a não ser que isso seja indispensável – ou, para usar uma linguagem menos generosa, a não ser que não dê para fugir do fato constrangedor porque todo mundo já o conhece mesmo. É por isso que, se há algo a respeito da carreira de Jesus que não desperta dúvidas em nenhum historiador, é a morte na cruz.

Estamos falando de uma morte de não cidadão, quase de "não pessoa", reservada apenas a guerrilheiros, escravos fugidos e bandidos de beira de estrada. Pior ainda, as Escrituras judaicas, a base da cultura à qual pertenciam Jesus e seus discípulos, afirmavam que pessoas crucificadas tinham sido amaldiçoadas por Deus.

É óbvio que nem todos os detalhes da vida de Jesus a respeito dos quais podemos bater o martelo usando o critério do constrangimento serão tão óbvios. Mas há outros dois exemplos-chave: o batismo de Jesus no rio Jordão, realizado por outro profeta, João Batista (aliás, o

Batismo de Jesus: cena coloca Cristo em posição inferior e, por isso, deve ter acontecido mesmo

IMAGENS: Getty Images



Nazaré, cidade em que Jesus passou a infância e onde talvez tenha nascido.

A confirmação do mesmo dado em múltiplas fontes fortalece sua historicidade.

Batista também aparece nos textos de Josefo), e as menções a Nazaré. Todas as fontes antigas concordam que o batismo de João tinha como objetivo alguma forma de purificação espiritual. Por que diabos o Messias, em tudo superior a um mero profeta como João, precisaria disso? No entanto, o fato era tão conhecido e inescapável que quase todos os evangelhos canônicos – ou seja, os "oficiais" da Bíblia cristã – registram o batismo.

Quanto a Nazaré, tratava-se de um vilarejo obscuro até não poder mais – e, pior, localizado na parte errada da Palestina, a rústica Galileia, no Norte, enquanto o natural era supor que o Messias viesse do território da antiga tribo israelita de Judá, nos arredores de Jerusalém.

Outro critério crucial é o da "múltipla confirmação de fontes". Ou seja, um detalhe que está presente em diversas fontes históricas independentes tem mais probabilidade de ser histórico do que outro que dá as caras em apenas uma fonte.

Em geral, os pesquisadores tendem a incluir no rol das fontes potencialmente úteis os textos escritos até o fim do século 1º d.C., durante as primeiras gerações cristãs – o que, na prática, parece incluir não apenas os evangelhos canônicos como também os Atos dos Apóstolos (escritos pela mesma pessoa que a tradição cristã conhece como o evangelista Lucas), várias das cartas atribuídas ao apóstolo Paulo e alguns outros textos.

O consenso entre os especialistas é que existem várias fontes históricas independentes nesse conjunto. As cartas de Paulo, que remontam ao ano 50 d.C., são as mais antigas. Entre os evangelhos, o primeiro a ser escrito foi o de Marcos. Mateus e Lucas utilizaram Marcos como sua fonte, mas também teriam usado outro documento, apelidado de Q (termo que vem do alemão quelle, ou "fonte"), que inclui trechos similares nos dois evangelhos, mas que não aparecem em Marcos. E o Evangelho de João, o mais singular de todos, teria sua própria fonte original de informações sobre Jesus. Quando informações presentes em diversas dessas fontes batem, aumenta muito a probabilidade de que elas remontem à figura histórica de Jesus.

Riva

JESUS HISTÓRICO: UM RETRATO 3×4

A seguir, vamos detalhar um brevíssimo retrato (em 3 ×4, digamos) do Jesus histórico, para que tenhamos uma ideia da imagem mais

IMAGENS: Getty Images, divulgação

provável que o profeta de Nazaré tinha em vida, antes de ser divinizado.

Para não confundir, gentil leitor, sugiro que sigamos por ordem cronológica. Primeiro, claro, Jesus nasceu. Seus pais, segundo seus contemporâneos, eram Maria e José (a filiação divina de Cristo, por ser uma afirmação teológica, não tem como ser verificada historicamente). Nasceu onde? Embora tanto Mateus quanto Lucas insistam que foi em Belém, para cumprir uma profecia do Livro de Miqueias, no Antigo Testamento, cada um desses evangelistas relata o fato de modo totalmente diferente um do outro (os famosos magos do Oriente só aparecem em Mateus, os pastores e os anjos, apenas em Lucas, por exemplo), o que por si só é suspeito. Marcos e João não tomam conhecimento dessa tradição. O mais provável, portanto, é que Jesus tenha vindo ao mundo em Nazaré mesmo.

A coisa fica ainda mais obscura quando tentamos descobrir como foi sua infância, adolescência e juventude. A breve narrativa em Lucas sobre a performance de Jesus como menino-prodígio no Templo de Jerusalém, aos 12 anos, só consta do texto desse evangelista (nada de múltipla confirmação, portanto) e parece ter se baseado fortemente num lugar-comum literário da Antiguidade, no qual alguém destinado a se tornar um grande homem invariavelmente demonstra a precocidade de seus talentos quando ainda menino. O mais provável é que ele tenha passado as três primeiras décadas de sua vida em Nazaré, em meio a uma família grande, com vários irmãos e irmãs (talvez de um casamento anterior de José, mas mais provavelmente filhos de Maria também).

Jesus certamente aprendeu o ofício de José. Pode ser que soubesse ler e escrever, em especial para entender o hebraico das Escrituras de seu povo, embora sua língua materna fosse o aramaico – mas a probabilidade disso é bastante baixa. Camponeses da Galileia normalmente não eram letrados, assim como algo entre 90% e 95% da população do Império Romano. Os nazarenos levavam uma vida extremamente humilde, para não dizer miserável, no limite da subsistência – mas ao menos era uma vida pacata.

Para Jesus, tudo isso mudou por volta dos 30 anos de idade. Não temos como saber o que motivou o rapaz de Nazaré a deixar sua terra natal e descer para o vale do Rio Jordão, em busca de um estranho profeta chamado João. Tampouco sabemos se de fato havia parentesco entre os dois, como diz o Evangelho de Lucas. Mas o indiscutível é que o filho do carpinteiro decidiu ser batizado por João, uma atitude que indica, no mínimo, que Jesus parecia concordar com a mensagem do Batista.

E estamos falando de uma mensagem escatológica – que prega o fim dos tempos, abrindo caminho para a chegada de um mundo novo. Quase todos os relatos sobre João Batista que chegaram até nós ressaltam que o profeta buscava a purificação espiritual do povo judeu – o arrependimento dos pecados cometidos e o compromisso de evitar os pecados futuros – na expectativa do fim dos tempos. Para João, o Deus de Israel estava prestes a agir com todo o seu poder na história do mundo, condenando os injustos e salvando os que tinham se mantido fiéis a ele de uma vez por todas. Sabemos ainda que João esperava que "aquele mais forte do que eu" colocaria esse plano divino em prática, mas não dá para ter certeza se essa expressão era uma referência a uma intervenção direta do próprio Deus, a um Messias humano auxiliado pelas hostes divinas ou a uma figura sobrenatural intermediária, uma espécie de general do exército celeste.

A tradição cristã, é claro, em especial os evangelhos escritos depois de Marcos, afirma que João acabou percebendo que a figura "do mais forte" era o próprio Jesus, o "Cordeiro de Deus que tira os

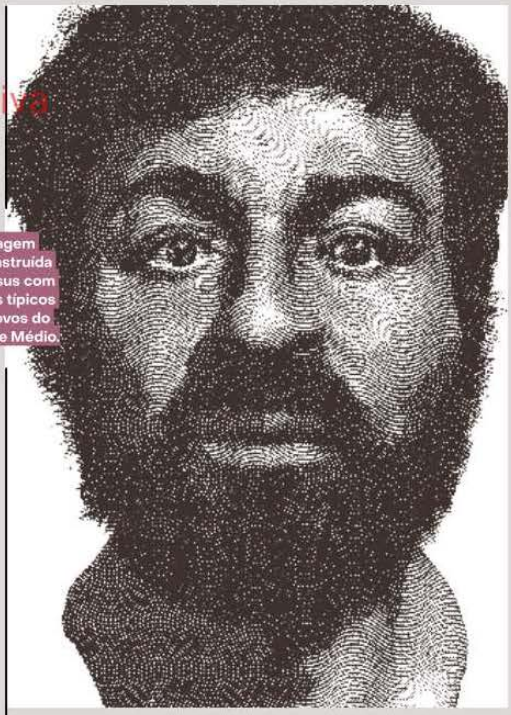


Imagem reconstruída de Jesus com traços típicos de povos do Oriente Médio

JESUS

pecados do mundo". O cenário histórico é bem mais impreciso. Mas, de qualquer modo, Jesus foi além da mera concordância básica com a mensagem de João, ou de atuar como uma espécie de discípulo do Batista durante algum tempo. A experiência do batismo parece ter levado Jesus a elaborar sua própria mensagem escatológica, e essa "boa-nova" – ou "evangelho", em grego – embora também incluísse a iminência do julgamento de Deus, tinha uma ênfase inovadora: a da misericórdia e do acolhimento, da cura que, se aceita, poderia evitar a condenação.

Dá para reunir tudo isso numa única expressão memorável que, se não foi propriamente inventada por Jesus, ganhou com ele sua formulação mais forte e criativa. Trata-se da ideia do Reino de Deus, provavelmente o elemento da pregação de Jesus mais atestado pelo critério da múltipla confirmação de fontes. À primeira vista, o conceito é absurdamente simples: a ideia de que Deus finalmente vai retomar o controle sobre seu povo e sobre a Criação inteira, colocando as coisas nos eixos. Mas o cenário descrito por Jesus é muito mais fascinante e complicado.

Digo isso porque o Reino de Deus tem muito de subversivo, no sentido etimológico da palavra – "subversivo", afinal, quer dizer, literalmente, pegar aquilo que está embaixo e colocar em cima, virar as coisas do avesso. É esse o mundo descrito nas parábolas de Jesus, por exemplo.

O Nazareno, ao que tudo indica, via essa subversão como uma "janela de oportunidade" salvífica que está aberta para todos, e em especial para aqueles que a sociedade do tempo de Jesus mais desprezava: cobradores de impostos (aliados do odiado poderio de Roma, opressores do povo), prostitutas, pobres, cegos, leprosos, párias de todos os tipos.

Não foi por acaso que eu mencionei portadores de deficiência física e doentes no último parágrafo. Ao mesmo tempo em que prega a chegada iminente do Reino de Deus, Jesus também afirma que seu ministério já é a manifestação desse reino, já representa os primeiros movimentos dessa transformação cósmica – e curar os doentes e os possuídos pelo demônio é o sinal mais claro disso. Jesus é o "dedo de Deus que expulsa os demônios", como ele diz no Evangelho de Lucas.

Não há motivos para acreditar que, diante de sua missão escatológica, Jesus tenha se colocado contra preceitos básicos do judaísmo, a começar pelo fato de que ele via sua missão como um ministério dirigido somente "para as ovelhas perdidas da Casa de Israel", e não para o mundo inteiro. O Nazareno certamente defendia uma interpretação própria da tradição judaica, que às vezes batia de frente com outras interpretações mais severas, como a do grupo dos fariseus. Mas não há evidências sólidas de que ele tenha defendido o fim das regras alimentares típicas do judaísmo ou outros preceitos rituais.

Porém, isso não significa que Jesus não despertasse antagonismo entre seus conterrâneos, tanto entre quem interpretava as Escrituras de um jeito diferente (já falamos dos fariseus) quanto, principalmente, entre quem tinha mais a perder com o advento repentino do Reino de Deus. Trocando em miúdos: se você sai por aí pregando que o mundo atual é dominado pelas forças das trevas, é óbvio que quem governa o mundo agora não vai ficar nem um pouco contente com você.

Por isso, é natural que os ini-

José, Maria e Jesus durante a fuga para o Egito, passagem inspirada no livro do Êxodo.

Riva

A pregação subversiva de Jesus desagradava os poderosos de seu tempo.

Tudo indica que, em vida, Cristo não declarou ser equivalente a Deus.

migos jurados de Jesus pertencessem principalmente à coalizão entre romanos e membros da aristocracia sacerdotal de Jerusalém que garantiam a governabilidade da Palestina. Jesus pode não ter despertado muita atenção enquanto não passava de um pregador excêntrico vagando pelas colinas da Galileia, mas quando decidiu "purificar o Templo" – uma cena provavelmente real, na qual ele tentou expulsar os comerciantes que vendiam animais para o sacrifício e faziam operações de câmbio em Jerusalém – a coisa mudou totalmente de figura. O templo cujas operações ele (temporariamente) bagunçou, afinal, era o mesmo no qual os sacerdotes israelitas ofereciam sacrifícios regulares em favor da saúde... do imperador de Roma. Não se mexe com esse tipo de coisa impunemente.

Não sabemos ao certo "com que autoridade fazes essas coisas", como representantes da elite de Jerusalém teriam perguntado certa vez a Jesus. No mínimo, o Jesus histórico se considerava um profeta, e talvez o profeta, o mensageiro definitivo cuja ação traria o Reino de Deus. Há indícios de que ele tinha uma compreensão messiânica de si mesmo, de uma relação especial com Deus que talvez lhe desse o comando do reino divino assim que ele fosse implantado. É bem menos provável, no entanto, que o Nazareno, em vida, considerasse a si mesmo como uma figura praticamente igual ao próprio Deus, como defende o Evangelho de João. É só no Quarto Evangelho que Jesus diz coisas como "eu e o Pai somos um", "eu sou o caminho, a verdade e a vida" etc.

No fim das contas, no plano puramente humano, o desafio de Jesus às autoridades da Palestina ocupada por Roma, ainda que essencialmente pacífico, só podia terminar em desastre. Não há motivos para duvidar que ele tenha sido traído por um de seus seguidores mais próximos – critério do constrangimento: ninguém seria burro de inventar um detalhe embaraçoso como esse. O que aconteceu entre a prisão e a cruz, no entanto, é muito mais incerto. Governadores romanos – e Pôncio Pilatos era um dos exemplares mais cruéis da espécie, ao que sabemos – não costumavam perder tempo com julgamentos públicos de camponeses, muito menos gastavam seu latim em discussões filosóficas com gente dessa laia. Para todos os efeitos, a execução de Jesus pode muito bem ter acontecido de forma sumária. Os discípulos fugiram. Aquele que anunciara o Reino de Deus tinha sofrido a pior das mortes, provavelmente na Páscoa judaica por volta do ano 30 d.C.

Seu cadáver teria sido jogado numa vala comum ou, o que é menos provável, sepultado num túmulo emprestado, obtido graças à caridade de um membro da elite judaica que não concordara com a execução. Teria sido o fim – se não fosse pelo fato de alguns dos mesmos discípulos que tinham fugido sem deixar rastros passarem a anunciar o impossível: Jesus tinha ressuscitado. ●

Riva

IMAGEM: Getty Images

COMO JESUS VIROU DEUS

Riva

Em processo gradual e influenciado pelo poder romano, cristãos definiram a doutrina da Santíssima Trindade.

A CRENÇA NA RESSURREIÇÃO de Jesus de Nazaré é o centro da fé cristã. O Messias de Israel, o descendente da linhagem de David prometido como Salvador de seu povo e de toda a humanidade havia centenas de anos, revelara-se na pessoa do Nazareno. As autoridades de Jerusalém, em conluio com os romanos, decidiram eliminá-lo, mas ele voltou à vida e revelou a seus seguidores uma verdade ainda mais grandiosa sobre quem ele era. Além de ser o Ungido (em grego, Christôs, ou então Mashiach em hebraico), Jesus havia fundido à sua natureza humana a majestade divina do próprio Iahweh.

Nascido como homem, ele já existia antes de todos os séculos: "Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai", como diz a profissão de fé formulada no século 4º d.C. que a maior parte dos cristãos mundo afora ainda repete em suas cerimônias mais solenes. E, num ato voluntário de humildade e despojamento, esvaziou-se dessa majestade na cruz como resgate pelos pecados do mundo.

Como essas convicções surgiram? Tudo indica que a primeira semente delas germinou com a crença na Ressurreição, e é por ela que temos de começar.

Ao menos alguns dos primeiros seguidores de Jesus tinham uma fé profundamente arraigada na ressurreição de seu mestre. Vários deles, como Paulo, Pedro, Tiago e João, afirmavam ter visto o Jesus ressuscitado e falado com ele. De fato, um dos textos mais antigos do Novo Testamento, a Primeira Epístola aos Coríntios, escrita por Paulo nos anos 50 d.C. (uns 20 anos depois da morte de Jesus), contém uma passagem sobre o tema que, para muitos especialistas, tem todo o jeito de ser "pré-paulina", ou seja, de já estar circulando entre as comunidades cristãs um bom tempo antes de o apóstolo compor sua carta:

"Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. Foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. Apareceu a Cefas [Pedro], e depois aos Doze. Em seguida, apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, a maioria dos quais ainda vive, enquanto alguns já adormeceram. Posteriormente, apareceu a Tiago e depois a todos os apóstolos. Em último lugar, apareceu também a mim."

É difícil ter certeza absoluta sobre como essa crença surgiu. À primeira vista, o mais lógico pareceria seguir os evangelhos do Novo Testamento, segundo os quais os discípulos de Cristo – aliás, as discípulas, primeiramente – verificaram com espanto que o túmulo onde seu corpo crucificado fora deixado estava vazio e, logo depois, teriam se encontrado com o próprio Nazareno. Há alguns problemas consideráveis em adotar essa perspectiva de forma acrítica, porém. O primeiro é que não dá para ter certeza de que o corpo de Jesus recebeu mesmo um enterro decente – tudo indica que essa não era a praxe romana. A segunda dificuldade é o fato de que, embora todos os evangelhos mencionem o sepulcro vazio, a maneira como as discípulas e os apóstolos de Jesus se dão conta da ressurreição varia muito de um texto para outro e, a rigor, há contradições entre as diferentes narrativas.

Por esses motivos, há estudiosos que defendem que a história do sepulcro vazio foi elaborada em uma época relativamente tardia. Segundo esse ponto de vista, as visões do ressuscitado teriam sido, inicialmente, experiências visionárias que convenceram ao menos alguns dos membros originais do círculo de Jesus de que o Nazareno estava vivo e, mais do que isso, assumira uma posição de tremenda glória, conferida a ele pelo próprio Deus. Curiosamente, teria sido uma experiência mística desse tipo, segundo o livro bíblico dos Atos dos Apóstolos, a responsável por transformar Paulo, de perseguidor dos cristãos que era, no maior propagador da mensagem de Jesus pelas cidades da bacia do Mediterrâneo.

Certos trechos dos Atos dos Apóstolos dão a entender que Jesus, ao ressuscitar, foi adotado por Deus como seu filho.

Riva

IMAGEM: Getty Images

A IGREJA

O FIM ESTÁ PRÓXIMO

Outra peça-chave do quebra-cabeça é o pensamento apocalíptico. No livro bíblico de Daniel, há a figura misteriosa do Filho do Homem, uma criatura que mistura traços angélicos e humanos, que chega "nas nuvens do céu" e recebe de Deus um "império eterno, que jamais passará, e seu reino jamais terá fim". E há também a visão de uma ressurreição geral de todos os que morreram e de seu julgamento: "E muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno".

Em sua pregação, Jesus falava frequentemente da vinda gloriosa do Filho do Homem. Alguns especialistas acreditam que, ao mencionar essa figura, o Nazareno estava se referindo não a si mesmo, mas a um enviado sobrenatural de Deus que desencadearia o Juízo Final – o papel de Jesus seria preparar o terreno para a chegada dele. Mesmo que essa hipótese esteja correta, porém, o fato é que a tradição cristã, logo depois da morte de Jesus, passou a interpretar essas menções ao Filho do Homem como referências ao próprio Cristo e à sua segunda vinda à Terra, posterior à ressurreição. A crença na ressurreição dele, ao que tudo indica, é a chave: se Jesus tinha voltado à vida, estava cada vez mais claro que o fim se aproximava. De acordo com cristãos primitivos como Paulo, Jesus correspondia às "primícias" dos que tinham morrido (os primeiros frutos colhidos na estação), como se ele fosse a primeira maçã que amadurece na árvore e mostra que a hora da colheita está se aproximando. Se Cristo tinha sido o primeiro a ressuscitar, isso confirmava seu papel central no plano de Deus.

O Verbo de Deus, ou sabedoria divina, passa a ser identificado com Cristo.

Por fim, há a ideia de Lôgos ("palavra" ou "verbo" de Deus), usada por judeus de língua grega para designar e personificar a sabedoria criadora do Senhor. Quem é cristão provavelmente deve ter reconhecido a expressão, porque é com um hino de louvor a essa entidade que começa o Evangelho de João: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus (...) Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito". Para João, óbvio, Jesus era a manifestação do Lôgos divino.

EXALTAÇÃO OU ENCARNAÇÃO?

Graças às últimas páginas, conseguimos colocar as cartas na mesa e mapear os diferentes elementos teológicos e culturais que provavelmente ajudaram os primeiros cristãos a pensar em Jesus como alguém que era mais – em certos casos, muito mais – do que um simples Messias humano. O difícil, no entanto, é saber com certeza em qual ordem

IMAGENS: Getty Images, divulgação

Juízo Final: para os primeiros cristãos, ressurreição de todas as pessoas seria fim da História.

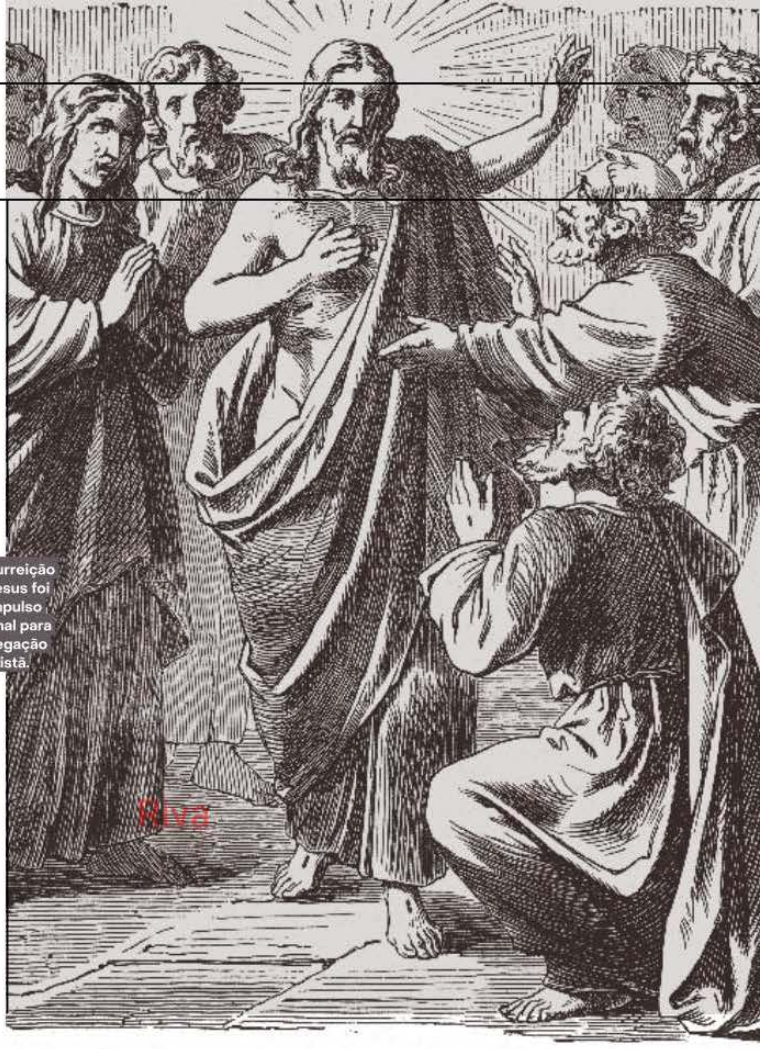
todas essas peças se encaixaram ao longo do século 1º d.C. Para tentar fazer isso, vamos precisar de um pouco de vocabulário técnico.

Comecemos com "cristologia", que nada mais é que o conjunto das crenças a respeito de Jesus Cristo, condensando a maneira como seus seguidores compreendem a figura central de sua fé. É comum haver uma distinção entre alta cristologia e baixa cristologia. Os adeptos da alta cristologia, que hoje dominam praticamente todas as igrejas cristãs, são os que enxergam Jesus como um ser divino, que já existia desde antes da criação do Universo e que se encarnou, assumindo a natureza humana. Já uma baixa cristologia consiste em acreditar que Jesus era essencialmente um ser humano, o qual, por virtude de seu sacrifício na cruz e da ressurreição, assumiu um papel elevadíssimo no plano de Deus para o Cosmos.

Essa distinção é clássica e usada o tempo todo por quem estuda o tema, mas vários estudiosos atuais importantes acreditam que ela não dá conta do problema, ao menos não com a precisão desejada. Eles partem do princípio de que mesmo uma cristologia dita -"baixa", caso acredite na ressurreição e no papel salvífico (ou seja, de salvador da humanidade) de Jesus, na verdade coloca o Nazareno numa posição absurdamente alta, como alguém que está "sentado à direita de Deus Pai", como diz o credo cristão, e foi coroado com poderes divinos. Por isso, esses pesquisadores preferem falar em cristologias de exaltação – ou seja, nas quais Jesus foi exaltado ou elevado, de sua posição humana original, para a glória divina – e cristologias de encarnação, nas

De David a Jesus

JESUS PODE TER ganhado o título de Filho de Deus, em parte, por causa da crença de que havia uma relação especial entre os monarcas da Casa de David e o próprio Deus. No Salmo 2, considerado pelos especialistas um dos hinos usados originalmente para celebrar a dinastia davídica e sua aliança com Iahweh, o Senhor diz o seguinte ao rei israelita: "Tu és meu filho, eu hoje te gerei. Pede, e eu te darei as nações como herança". Os seguidores de Jesus, que o viam como Messias e herdeiro de David, interpretaram tais passagens de forma profética e literal, como uma declaração de que Jesus era, de fato, o Filho de Deus.



Ressurreição de Jesus foi o impulso original para a pregação cristã.

quais a divindade de Cristo é pressuposta desde o início. Mas a questão, é claro, permanece: o que veio primeiro? Será que as ideias cristãs originais se referem à exaltação ou à encarnação de Jesus?

Se a gente dependesse apenas do estudo dos evangelhos canônicos para formar uma opinião a esse respeito, seria fácil pensar numa espécie de "escadinha" evolutiva entre os dois tipos de cristologia. Pouquíssimos especialistas atuais discordarão que, se fôssemos ordenar os evangelhos "oficiais" por sua ordem de escrita, ela seria a seguinte: Marcos, Mateus e Lucas (tecnicamente empatados em segundo lugar; teriam sido escritos mais ou menos ao mesmo tempo), João. O Quarto Evangelista, como sabemos, é o que começa sua narrativa com um hino em honra ao eterno Verbo divino (a hipóstase por excelência), e também é o único entre os canônicos a colocar na boca de Jesus frases como "Antes que Abraão existisse, Eu Sou" ("eu sou" = Iahweh em hebraico, como já vimos), "Eu sou o caminho, a verdade e a vida", "Quem me vê, vê o Pai" e tantas outras. Já Mateus e Lucas, de formas consideravelmente diferentes nos detalhes, apresentam a concepção de Jesus no seio de Maria como uma obra direta do Espírito Santo de Deus, sem a intervenção de um pai humano.

Marcos, por sua vez, não menciona o Verbo nem a concepção virginal, mas começa sua narrativa com o Jesus já adulto, recebendo o batismo no Rio Jordão, com o Espírito descendo sobre Cristo com uma pomba e a voz celestial que afirma: "Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo". Note que, nesse resumo velocíssimo, eu deliberadamente fiz o caminho inverso ao da "escadinha": começamos com uma alta cristologia/cristologia de encarnação no texto mais tardio e chegamos a uma baixa cristologia/cristologia de exaltação no texto mais antigo. Isso significaria, em outras palavras, que o movimento cristão começa concebendo Jesus como um ser humano que foi elevado à posição divina, mas nos últimos anos do século 1º d.C. emerge a visão "encarnacional", que postula um Filho divino de Deus Pai que já existia antes de todos os séculos.

Se Paulo, o mais antigo autor cristão cujos textos foram preservados, endossar a crença numa cristologia de exaltação, esse esquema evolutivo simples encerraria a questão. Mas a coisa é mais complicada. Um famoso trecho da Epístola aos Filipenses – também um texto de Paulo – é considerado um poema ou hino litúrgico pré-paulino, ou seja, que já fazia parte da tradição antes do próprio apóstolo. E lembra muito uma cristologia de encarnação.

O hino afirma que o estado original de Jesus era a "forma de Deus". Essa forma divina passou pela metamorfose de se tornar "semelhante aos homens", "tornando-se obediente até a morte". A recompensa por esse ato de suprema humildade? "Deus soberanamente o elevou e lhe conferiu o nome que está acima de todo

IMAGENS: Getty Images

Cartas de Paulo sugerem que a crença num Jesus divino surgiu cedo.

nome", afirma o poema pré-paulino.

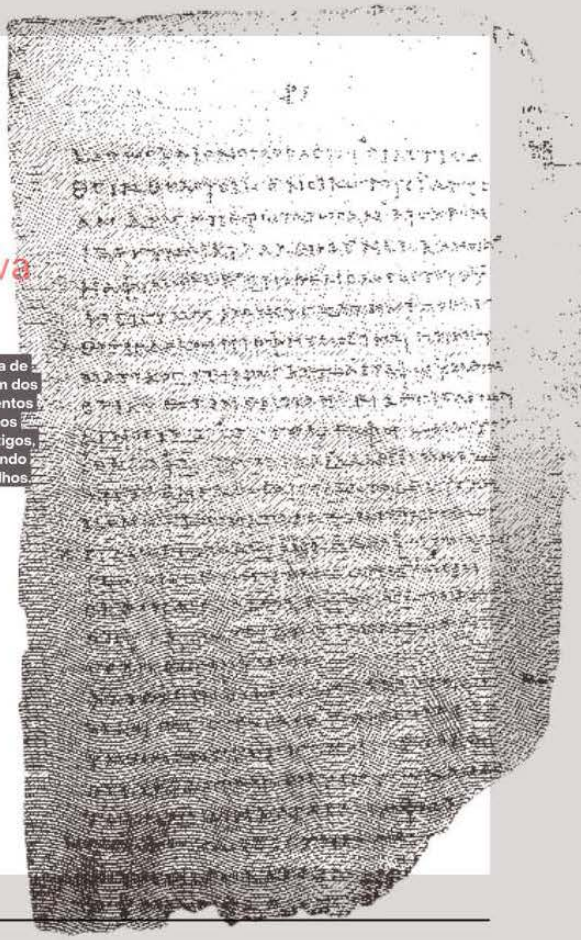
Que nome é esse? "Senhor", é claro – não é por acaso que uma das profissões de fé cristãs mais antigas, também presente nas cartas de Paulo, é dizer "Jesus é o Senhor". Caso você não esteja lembrado, "Senhor" é só um eufemismo para Iahweh. Nas culturas antigas (e em algumas culturas tradicionais modernas também), o nome é a coisa. Em outras palavras, o já divino Jesus, por seu sacrifício na cruz, assume a essência de Iahweh. É quase uma mistura de cristologia de encarnação com cristologia de exaltação. E parece ser uma visão muito, muito antiga dentro da comunidade cristã.

DOS GNÓSTICOS À SANTÍSSIMA TRINDADE

Pouco a pouco, a crença no Messias crucificado foi deixando de ser uma seita do judaísmo palestino, cujos principais membros eram galileus pobres e sem instrução, e começou a conquistar adeptos entre os artesãos e a classe média das cidades de língua grega do Império Romano. Alguns dos novos seguidores da crença cristã tinham tido acesso à educação formal e aos debates entre escolas filosóficas nascidas na Grécia. A julgar pelos textos que chegaram até nós, o contato entre esses dois universos culturais tão distintos teve entre seus principais frutos o nascimento da teologia cristã ortodoxa, de um lado, e do chamado gnosticismo, de outro.

O termo vem do grego e significa "conhecimento". Nunca houve uma "igreja gnóstica", nem ao menos um movimento gnóstico unificado, mas dá para usar o termo para designar uma grande variedade de correntes de pensamento e seitas cristãs que possuíam algumas coisas importantes em comum. A primeira, como o próprio nome sugere, é a ênfase não exatamente na fé, mas no conhecimento – e em especial no conhecimento místico secreto, às vezes exigindo métodos complexos de interpretação de textos bíblicos ou de obras teológicas produzidas pelos eruditos gnósticos. As epístolas de Paulo às vezes desenvolvem ideias teológicas de um jeito bastante complexo e paradoxal, mas elas viram brincadeira de criança perto de muitos textos gnósticos.

Os pensadores dessa escola acreditavam numa inteligência suprema, que estaria por trás da ordem que vemos no Universo, mas esse Deus não teria criado diretamente o Cosmos. Em vez disso, o ato da criação teria ficado aos cuidados de um ser sobrenatural subordinado à divindade suprema, um ente chamado de



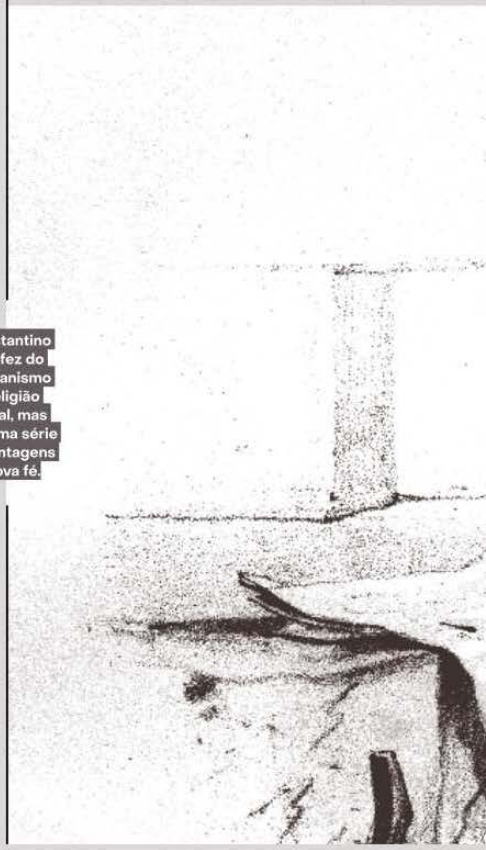
Epístola de Paulo, um dos documentos cristãos mais antigos, superando Evangelhos.

Demiurgo ("artesão"). Os gnósticos imaginavam o Demiurgo como um ser ignorante e malévolo que, em diversas narrativas, cria o Universo material sem a autorização do Deus verdadeiro, com a intenção de tiranizar os habitantes de seu brinquedinho cósmico.

O que tudo isso tem a ver com o Deus de Israel ou Jesus? Bem, para muitas correntes gnósticas, Iahweh seria o próprio Demiurgo malvado. Isso explicaria a severidade do Deus do Antigo Testamento, bem como a imperfeição e o sofrimento que vemos no mundo à nossa volta. Esse falso deus teria aprisionado seres espirituais na matéria malévola por ele criada: assim surgiu a humanidade. Mas o Deus verdadeiro não estava totalmente alheio ao sofrimento desses espíritos. Para libertá-los das amarras da matéria e da carne, ele decidira enviar uma de suas mais poderosas emanações, o Cristo, na forma de homem. Segundo essa visão, o papel de Jesus não foi o de morrer na cruz pelos pecados do mundo, mas sim o de ensinar às pessoas o segredo sobre sua verdadeira natureza espiritual e, dessa maneira, permitir que elas escapassem das garras do Demiurgo. Por conta de tal interpretação da missão de Jesus, certos gnósticos adotavam uma perspectiva docetista (termo derivado do verbo grego "parecer"), segundo a qual Cristo só parecia ter tido um corpo humano de verdade.

Versões dessa ideia provavelmente foram populares em alguns centros cristãos importantes, mas os gnósticos e outros grupos considerados heréticos não parecem ter conseguido a aprovação da maior parte dos líderes da Igreja nascente. Para eles, a situação era relativamente clara: Jesus era, ao mesmo tempo, divino e humano, Filho do Deus de Israel, criador do mundo. Algumas dúvidas, porém, permaneciam: será que Jesus era idêntico em dignidade a Deus Pai? E quanto ao Espírito Santo, em nome do qual, junto com o Pai e o Filho, os cristãos eram batizados desde a época dos apóstolos? Qual era a relação entre esses três pilares da divindade?

Tais questões se tornaram muito mais urgentes de uma hora para outra a partir do ano 312 d.C., quando o imperador Constantino se tornou o primeiro governante de Roma a abraçar a fé cristã. Constantino não transformou o cristianismo em religião oficial do império (coisa que só aconteceria várias décadas depois), mas a Igreja e seus bispos logo passaram a ser alvo da atenção do monarca. Ele acreditava ter assumido o trono por graça de Deus e, portanto, tinha o máximo interesse em garantir a unidade religiosa dos cristãos, para que Deus continuasse a abençoá-lo e para que o cristianismo funcionasse como fator de coesão do império. E foi aí que Constantino percebeu que nem tudo ia bem. As principais discordâncias tinham a ver com o que hoje conhecemos como a heresia ariana, assim chamada por causa do sacerdote Ário, que vivia em Alexandria. Grosso modo, Ário propunha uma hierarquia teológica clara: sim, Jesus era divino e existira antes da criação do mundo, mas o próprio Cristo teria sido criado por Deus em algum momento do passado remotíssimo. O Pai era, claro, superior ao Filho – uma ideia que, apesar de sua lógica aparente quando pensamos



Constantino não fez do cristianismo a religião oficial, mas deu uma série de vantagens à nova fé.

Riva

Seitas gnósticas, numerosas nos primeiros séculos cristãos, acabaram derrotadas.

em pais e filhos de carne e osso, provocou revolta em muitos dos cristãos de Alexandria.

Conforme a controvérsia aumentava e Ário conquistava adeptos e detratores, Constantino decidiu que era hora de resolver a questão de uma vez por todas, convocando o primeiro concílio ecumênico (com o sentido original de "mundial", "geral") da história da Igreja no ano 325. Reunidos na cidade de Niceia, na atual Turquia, mais de 300 autoridades cristãs aprovaram a primeira versão do Credo que, ainda hoje, define a relação entre Pai, Filho e Espírito Santo. A expressão-chave para definir a relação entre Cristo e Deus é a afirmação de que ele é "consubstancial ao Pai" – ou seja, da mesma "substância". Afirmava-se pela primeira vez, com todas as letras, o paradoxo teológico segundo o qual o único Deus do Universo era capaz de se desdobrar em três pessoas indissoluvelmente unidas.

Essa unidade das três pessoas divinas, a Santíssima Trindade, como ficou conhecida, seria refinada conceitualmente no século seguinte, no Concílio de Calcedônia (também no atual território turco), no ano 451. Nesse encontro, ficou estabelecido que Jesus era "verdadeiro Deus e verdadeiro homem": uma única pessoa com duas naturezas plenas, humana e divina, indissoluvelmente ligadas. O retrato de Deus que predominaria no Ocidente pelos 15 séculos seguintes tinha recebido seu último grande retoque. ●

IMAGEM: Getty Images

EDITORA Abril
Fundada em 1950
VICTOR CIVITA (1907-1990) ROBERTO CIVITA (1936-2013)

Publisher: Fábio Carvalho

Diretora de Marketing: Andrea Abelleira

SUPER INTERESSANTE

Diretor de Redação: Alexandre Versignassi
Editor: Bruno Garattoni
Editor-assistente: Bruno Vaiano
Repórteres: Guilherme Eler, Maria Clara Rossini e Rafael Battaglia
Editora de Arte: Juliana Krauss
Designers: Anderson C.S. de Faria e Carlos Eduardo Hara
Estagiários: Bruno Carbinatto, Carolina Fioratti (texto), Juliana Briani e Natalia Sayuri (arte)

DOSSIÊ SUPER INTERESSANTE

Editores: Bruno Garattoni e Alexandre Versignassi
Colaboraram nesta edição: Reinaldo José Lopes (edição e textos), Estúdio Nono (projeto gráfico e edição de arte), Inara Negrão e Ailson Rolemberg (ilustração da capa), Alexandre Carvalho (revisão) e Anderson C.S. de Faria (produção gráfica)

DEUS – COMO ELE NASCEU
ISBN 978-85-5579-287-8

Riva

é um livro da Editora Abril S.A., distribuído em todo o país pela Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo.
Este Dossiê Deus – como Ele nasceu não admite publicidade redacional.

IMPRESSO NA GRÁFICA ABRIL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L864d

Lopes, Reinaldo José
Deus: como ele nasceu. / Reinaldo José Lopes – São Paulo: Abril, 2020.
68 p ; il. ; 27 cm.

(Dossiê Superinteressante , ISBN 978-85-5579-287-8; ed. 422-A)

1. Mitologia cristã. 2. Cristianismo – Criação - Bíblia. 3. Deus – Criação - Religião. I. Título. II. Lopes, Reinaldo José. III. Abril Comunicações. IV. Série.

CDD 231.1